



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 661 - DE 3 A 17 DE ABRIL DE 2022 - R\$ 4,00

Completado um mês, Biden pressionou pela continuidade da guerra

**Os explorados de todo o mundo já arcam
com as duras consequências econômicas
Pela unidade da classe operária mundial,
para acabar com a guerra de dominação**

**Toda força à campanha internacional
do Comitê de Enlace pela Reconstrução
da IV Internacional (CERQUI)**

OS TRABALHADORES RETOMAM O MOVIMENTO GREVISTA

**Tarefa do momento: UNIFICAR AS LUTAS
EM TORNO A UM PROGRAMA COMUM DOS EXPLORADOS**

**Que as centrais, sindicatos e movimentos abandonem
o eleitoralismo, e convoquem um Dia Nacional
de Luta, com paralisações e bloqueios**

Um mês de guerra

O povo ucraniano, os explorados europeus e de todo o mundo arcam com a guerra de dominação! Somente a classe operária unida, sob bandeiras próprias, pode contrapor-se aos interesses da aliança imperialista, e à criminosa ocupação militar da Ucrânia pela Rússia!

A presença de Biden na Europa, no momento que a guerra completava um mês, demonstrou que não havia muito o que fazer. Prometeu mais armas a Zelenski, recursos à Polônia, e reforço às sanções econômicas à Rússia. Aproveitou para militarizar ainda mais os países implicados no cerco à região da Comunidade de Estados Independentes (CEI), ou seja, à Federação Russa. Chamou a atenção que a presença de Biden não despertou grande entusiasmo na classe média, e não teve a função de fortalecer a aliança ocidental europeia.

Que balanço o imperialismo poderia realizar das quatro semanas de guerra? Repisaram-se os argumentos da inesperada resistência ucraniana, tendo à frente o surpreendente “heroísmo” e o “espírito nacional” de Zelenski. Requestraram-se as denúncias de que Putin é um ditador sanguinário, que ataca a ordem mundial do pós-Segunda Guerra. E acalentaram-se as imagens do quadro dramático da Ucrânia em ruínas, das mortes de civis, e da onda de refugiados.

Biden aproveitou uma de suas entrevistas, para declarar a derrubada de Putin e o estabelecimento da democracia na Rússia. A Casa Branca procurou desfazer essa posição, com o argumento de que os Estados Unidos não agem para derrubar governos de outros países. O que é uma grande mentira, desmentida, por exemplo, pela invasão do Iraque, Afeganistão e Líbia. Biden não tomou esse cuidado, tendo em vista que a Rússia não é uma de suas semicolônias.

É bem provável que as potências europeias não gostaram de tamanha desenvoltura do chefe do imperialismo norte-americano. Mas, esse tipo de bazófia indica mais as dificuldades dos Estados Unidos em garantirem a unidade da aliança europeia, caso a guerra se prolongue. Os seus efeitos econômicos e sociais já estão sendo sentidos pelos países mais dependentes do petróleo, gás, matérias-primas e alimentos. Caso esses impactos se alastrem, e indiquem que vão persistir por muito tempo, a classe operária e as camadas mais pobres da classe média não demorarão para ver que a guerra é de interesse eminentemente dos Estados Unidos.

O difícil período da Pandemia para as massas estava se arrefecendo, quando sobreveio a guerra, e com ela as sanções econômicas, o rompimento de canais comerciais, e a aceleração da alta dos preços das commodities. Não se sabe ainda se Putin conseguirá impor aos europeus o pagamento em rublo do fornecimento de gás. A medida é

inteiramente justificável, diante do brutal bloqueio financeiro à Rússia.

No fundo, se encontra a guerra comercial, chefiada pela burguesia e pelo governo norte-americano, voltada sobretudo contra a China, cujos reflexos mundiais se manifestam no choque com a Rússia. A intenção de Biden, de sufocar a principal fonte de divisas da Rússia, instando os países europeus a se livrarem da dependência do petróleo e gás, é de interesse exclusivo dos monopólios petrolíferos, controlados pelos Estados Unidos. O custo é elevadíssimo, para as contas públicas dos Estados europeus e para as massas. Eis por que a presença de Biden no teatro de guerra indicou as dificuldades em manter a aliança imperialista unida por muito tempo.

O fator econômico acabará por obrigar os explorados a reagirem e identificarem os Estados Unidos como o principal interessado na guerra, e reconhecerem o papel subalterno desempenhado pelas principais potências europeias, que não precisavam, neste momento de agravamento da crise mundial, incorporar a Ucrânia na OTAN. Seria mais vantajoso trazê-la para a União Europeia, com a garantia de neutralidade, que poderia ser rompida mais adiante. Eis por que cresce a pressão sobre os Estados Unidos e a Rússia, para que estabeleçam um acordo, o mais rápido possível.

Prologar ou abreviar a guerra, infelizmente, depende apenas das forças burguesas envolvidas na guerra comercial e na escalada militar. Isso por que a classe operária se encontra desorganizada, padecendo da profunda crise de direção revolucionária.

A bandeira dos explorados é a de cessar imediatamente a guerra. O que exige a luta unitária do proletariado pelo desmonte da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos, revogação de todas as sanções econômicas, autodeterminação, unidade territorial, e retirada das tropas russas da Ucrânia. Essas bandeiras colocam a tarefa revolucionária de unificar a classe operária sob a política e a estratégia do internacionalismo socialista.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) vem realizando uma campanha sistemática em torno a esse conjunto de bandeiras e à estratégia da revolução mundial. O que tem exigido de suas seções expressá-las nas condições objetivas de cada país. O fundamental está em vincular as necessidades prementes dos explorados com a luta internacionalista pelo fim da guerra.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

Retomada das greves no mês de março

Vários setores foram obrigados a ir à greve, particularmente, o funcionalismo público. A greve dos professores estaduais e municipais de Minas Gerais, Piauí e Goiânia, e as paralisações dos trabalhadores da Educação, em vários estados, foram motivadas pela exigência do cumprimento da Lei do Piso Salarial Nacional, do reajuste salarial e, no caso de São Paulo, em função do violento ataque às conquistas de direitos. A greve dos metroviários de Belo Horizonte tem como causa a extinção da resolução que autoriza a privatização. As greves dos garis e rodoviários do Rio

de Janeiro tiveram como reivindicações os reajustes salariais e melhores condições de trabalho. Desse conjunto de greves e paralisações, é necessário destacar a greve operária na Avibras, contra a demissão de 420 trabalhadores. E a manifestação dos demitidos da Volks, contra o descaso da direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Apesar da retomada grevista, o que vimos foi a continuidade da política das direções sindicais, de isolar os movimentos, e evitar que extrapolassem e ganhassem projeção nacional. As centrais e sindicatos, ao invés de aproveitarem a luta grevista

para convocar um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, continuaram com a política da conciliação de classes e das chamadas pressões parlamentares, como no caso das lutas dos servidores públicos. O que tem levado às derrotas dos movimentos. O que necessariamente coloca para a vanguarda classista a necessidade de romper com esse obstáculo, que impede com que a luta grevista caminhe para a greve geral, por emprego, salários e direitos trabalhistas.

Abaixo, relatamos algumas dessas importantes greves.

Operários da Avibras protestam contra as demissões

Os trabalhadores da Avibras realizaram uma manifestação, no dia 22 de março, contra as 420 demissões. A passeata se dirigiu à prefeitura de São José dos Campos, para que o prefeito recebesse uma comissão e intercedesse contra essa medida da empresa. No entanto, prefeito, Felício Ramuth, PSD, se negou a receber os demitidos.

A Avibras, maior empresa brasileira de equipamentos militares, entrou com pedido de recuperação judicial. Trata-se de um setor de defesa que está nas mãos do capital privado. Certamente, enfrenta a concorrência da indústria armamentista dos Estados Unidos e de outras potências, e vê seus negócios afundarem. E a saída patronal é a demissão.

Por parte dos operários, a luta pelos empregos implica a defesa da estatização da empresa, sob o controle operário. No entanto, a direção da CSP-Conlutas usa a reivindicação da estatização, não para organizar o expandir o movimento, mas para inflar os discursos e para conduzir o movimento para a Justiça, ou para os pedidos formais aos governantes.

Na assembleia, foi votada a suspensão da paralisação, mediante a proposta da empresa de 2 meses de estabilidade para os que permaneceram na fábrica. Aos demitidos, a resposta foi recorrer à Justiça e ao pedido para que o Ministro da Defesa, Braga Neto, e o presidente Bolsonaro se coloquem pela estatização da Avibras. O que significa o fim da luta pela readmissão dos 420 demitidos e, depois de 2 meses, a continuidade das demissões. Esse é mais um exemplo da incapacidade da direção sindical de defender a vida da classe operária, os empregos.

GARIS E RODOVIÁRIOS VÃO À GREVE

Os garis do Rio se colocaram em greve. As negociações com a Comlurb não deram em nada. A principal reivindicação dos trabalhadores é o reajuste de 25% nos salários e no vale alimentação, fruto de 3 anos sem aumento. A empresa ofereceu 4%, e depois subiu para 5%. Uma verdadeira esmola diante das perdas salariais.

No dia 29, foram os rodoviários do BRT que paralisaram. O clima na cidade ficou tenso, já que duas categorias tão importantes estavam de braços cruzados. Curiosamente, os garis cancelaram uma manifestação na prefeitura, dia 30, por conta da greve nos transportes. O contrário deveria acontecer, as duas categorias se unificarem na luta.

A Justiça burguesa se movimentou bem rápido, para declarar ambas as greves ilegais. O ataque ao direito de greve é flagrante. Uma juíza chegou a declarar que o aumento proposto pela empresa de limpeza não era ruim. Em ambos os casos, a multa decretada pela Justiça foi de R\$ 200 mil, por dia. O SINTRUCAD-RIO, dos transportes, acatou a decisão da Justiça, e encerrou a greve no mesmo dia. O Siemaco, sindicato do setor de limpeza, recorreu da decisão em greve. A Columbr, que propôs 5% de reajuste, aceitou a proposta de mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT), de parcelamento do reajuste: 6% em março, 2% em agosto; correção em 3% no tiquete alimentação; e compensação dos dias de greve. A direção do sindicato, alegando o problema das chuvas, suspendeu a greve até o dia 4. Aí está o desmonte do movimento.

Os trabalhadores do Rio e de todo o país devem assimilar as importantes lições dessa experiência. Por um lado, se confirma a necessidade de uma campanha em defesa dos empregos, salários e direitos, que o POR vem defendendo com todas as suas forças nos movimentos e sindicatos em que atua. E vem exigindo que as centrais, sindicatos e movimentos populares convoquem um Dia Nacional de Lutas, com greves, paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários, direitos, contra a carestia de vida que tem massacrado o trabalhador. O segundo problema que se coloca é a necessidade de lutar pelo direito irrestrito de greve. A Justiça é burguesa sempre vai combater o direito à greve. Cada vez mais são aprovadas medidas, emendas etc., que vão minando esse direito fundamental. É urgente colocar em marcha um movimento poderoso de trabalhadores, que lute por suas necessidades mais elementares, e defenda o direito de organização dos explorados.

Belo Horizonte

Metroviários em greve

A greve dos metroviários, que dura 11 dias, exige que o governo anule a resolução 206, que regulamenta o processo de privatização da CBTU em Minas Gerais, companhia que administra o metrô de Belo Horizonte. Os trabalhadores sabem que, com a privatização, ocorrerão as demissões.

A direção do sindicato, diante da decisão do Tribunal Regional do Trabalho, que determinou o funcionamento do metrô nos horários de pico e multa diária, acatou parte da decisão. Assim, o metrô está funcionando, das 10 h às 17 h. Na assembleia de 31 de março, a direção do sindicato anunciou a intenção do governo de conceder um reajuste salarial, que passou a ser vista pelos grevistas como uma chantagem para pôr fim à greve.

Por enquanto, o leilão de privatização está suspenso. O governo movimentou para que a direção sindical coloque fim à

greve. Discursos temerosos começam a surgir, como “os trabalhadores são contra a privatização, querem garantia dos empregos, ou, pelo menos, que possam ser realocados para outras unidades da Companhia Brasileira de Trens Urbanos”. Caso o governo aceite o realocamento, a greve pode ser encerrada e, assim, o leilão de privatização efetivado.

As dificuldades da greve são grandes. 1) não há um movimento nacional contra as privatizações, que envolvem os Correios, a Petrobrás, etc.; 2) a aceitação de parte da decisão judicial e o funcionamento do metrô, ao invés de fortalecer a greve, a enfraqueceu; 3) a condução do movimento por uma direção que não tem disposição de realizar uma greve verdadeiramente combativa, que ganhe as ruas diariamente. Sem uma mudança de orientação da política grevista, é uma questão de tempo, para que a greve seja encerrada e a privatização ser efetuada.

Greves e manifestações dos professores estaduais e municipais

Minas Gerais

Fortalecer a unidade grevista para quebrar a intransigência do governador

Os professores da rede estadual estão em greve, desde o dia 16 de março. Exigem do governador, Romeu Zema, o pagamento do Piso Nacional. No dia 30, a Assembleia Legislativa aprovou o reajuste de 10,06% para todos os servidores. E os professores teriam um adicional para que a lei do Piso fosse cumprida. Mas, o governador se mantém firme em não aten-

der à reivindicação dos grevistas. Na assembleia de 31 de março, aprovou-se a continuidade da greve. Nova assembleia se realizará no dia 6 de abril.

Durante a greve, ocorreram manifestações de rua, juntamente com outros setores do funcionalismo, que também exigem reposição salarial. A vitória do movimento contra a intransigência de Zema dependerá da unidade grevista com os demais servidores públicos, e da potenciação das manifestações de rua.

Piauí

Greve contra o governo petista

Os grevistas realizaram manifestação no dia 31 de março, quando a greve completou 37 dias. As perdas salariais são enormes. Exigem a correção de 2019 (4,17%), 2020 (12,84%) e 2022 (33,24%), e o cumprimento da Lei do Piso Nacional. O movimento chegou a formalizar uma contraproposta de 33,24%, agora, e 17% referentes aos anos de 2019 e 2020, de forma parcelada.

O governo petista de Wellington Dias e os deputados aprovaram 4,17%, percentual que deveria ter sido pago há três anos, somados aos 10%, que serão incorporados ao vencimento de todos os servidores. Até o momento, a greve se mantém.

Trata-se de uma greve contra o governo do PT, que segue a mesma política dos demais governadores, de manutenção do arrocho salarial. Mesmo a Lei do Piso Nacional, implantada pelo governo Lula, os governadores e prefeitos petistas insistem em não cumpri-la. Basta lembrar a greve dos professores do Rio Grande do Norte, contra a governadora do PT, Fátima Bezerra.

Goiânia

Professores municipais há dez dias em greve

Os professores da rede municipal foram obrigados a recorrer à greve, para que o prefeito pague o reajuste de



33,24%, referente ao Piso Nacional, e melhores condições de atendimento do Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores. Houve manifestação de rua, mas o movimento continua isolado.

Mato Grosso

Manifestação dos professores

Os professores estaduais de Mato Grosso paralisaram no dia 1º de abril, e realizaram uma concentração em frente ao Tribunal Regional do Trabalho. Exigem a recomposição do piso salarial estadual, com equiparação ao Piso Salarial Nacional Profissional (PSPN); a retomada da formação dos funcionários de escola, com curso profissionalizante para as respectivas funções (Profuncionário), e o fim do confisco dos 14% das aposentadorias e pensões dos servidores.

Lamentavelmente, as direções sindicais não têm mostrado disposição de aproveitar o descontentamento das bases, para impulsionar uma verdadeira luta contra as promessas do governo. Na realidade, vêm realizando atos, como esse de 1º de abril, “dia da mentira”, como é chamado o 1º de abril, sem de fato organizar uma poderosa greve no estado.

Porto Velho

Organizar a greve unificada

As direções do Sintero, Sinprof e Sindeprof realizaram uma assembleia no dia 31 de março, que teve como pauta o cumprimento da Lei do Piso e o reajuste dos técnicos educacionais, que há anos estão sem a reposição de perdas salariais. Os burocratas passaram bom tempo narrando as “negociações” com o governo e prefeito e lamentando a demora de uma resposta, o que tem levado a um descontentamento por parte dos trabalhadores da educação. Anunciaram uma nova audiência com a Comissão de Educação da Câmara Municipal com os sindicatos para o dia 4 de abril.

Como era esperado, as burocracias defenderam que não farão nada até 11 de abril, e que no dia 12 farão nova assembleia unificada, para informar os resultados das negociações. Portanto, insistem nas negociações em luta. Sem organizar a greve unificada dos servidores, os governantes continuarão com as negociações infundáveis, que só servem para arrefecer o descontentamento dos trabalhadores da educação.

O importante está em que há disposição de luta por parte dos servidores. No entanto, as direções tudo têm feito para esmagar o descontentamento.

É preciso unificar as greves em um só movimento nacional, pelos empregos, salários e direitos

O ressurgimento das greves em vários estados e em vários setores dos assalariados indica as tendências mais profundas de luta, que vêm à tona, depois de tantos ataques desfechados pelos governantes e pela burguesia. O descontentamento entre os explorados cresce a olhos vistos. O problema está nas direções sindicais burocratizadas, que fragmentam a tendência geral de luta e isolam as greves. O corporativismo acaba se impondo, e o movimento grevista é conduzido para a Justiça do Trabalho ou para as pressões parlamentares. Vemos que boa parte dessas direções se serve do descontentamento dos trabalhadores para a propaganda eleitoral. Não por acaso, as centrais,

A unificação das greves em um movimento unitário nacional potencia as tendências de luta. Trata-se de defender a convocação das assembleias de base, e constituir os comitês de empregados e desempregados.

sindicatos e movimentos decidiram convocar a manifestação do dia 9 de abril, com a bandeira eleitoral de “Bolsonaro nunca mais”.

O POR e o Boletim Nossa Classe rechaçam essa via, que submete os explorados à política burguesa eleitoral. Junto às greves, se recoloca a campa-

inha em defesa de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, por empregos, salários e direitos trabalhistas. O objetivo é o de preparar a greve geral. A unificação das greves em um movimento unitário nacional potencia as tendências de luta. Trata-se de defender a convocação das assembleias de base, e constituir os comitês de empregados e desempregados. Trata-se de realizar uma ampla campanha nas fábricas e outros locais de trabalho, pela redução da jornada sem reduzir os salários, estabilidade no emprego, reajuste geral dos salários, recuperação das perdas salariais dos últimos anos, fim das privatizações e reestatização sob o controle operário da produção.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO



Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato.

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ **35**

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Boletim Nossa Classe – extraordinário

Política Operária

Pela readmissão dos demitidos da Volks

A multinacional aproveitou o lay-off, para demitir cerca de 200 metalúrgicos. Os acordos de PDV entre o Sindicato e a Volks funcionam como um facão que corta empregos. Boa parte dos demitidos é de lesionados, que teriam de ter a estabilidade assegurada. A montadora alemã tem um

plano mundial de acabar com milhares de postos de trabalho. No Brasil e na Argentina, as demissões já vêm ocorrendo.

Os metalúrgicos da Volks da planta Anchieta se sentiram traídos pela direção do sindicato. E com razão. Em vez de colocar o sindicato para orga-

nizar a luta contra as demissões, a direção faz o contrário. A mobilização dos demitidos que ocuparam a porta do sindicato exige a reintegração dos demitidos.

O Boletim Nossa Classe apoia a reivindicação de readmissão imediata dos demitidos.

Formar um Comitê de luta pela readmissão e defesa dos empregos

Temos de organizar um Comitê de luta contra as demissões e pela readmissão. Sem a mobilização coletiva, não é possível recuperar os empregos e os direitos dos sequelados.

O Comitê pode ser iniciado por

uma assembleia dos demitidos. Criado o Comitê, devemos partir para uma campanha na Volks, para que nossos companheiros também lutem pelos empregos. Do movimento na Volks, devemos estender para outras

montadoras.

O Boletim Nossa Classe defende que somente a organização de base dos trabalhadores pode levar a luta coletiva pelos empregos, salários e direitos.

Exigir do Sindicato a convocação de uma assembleia na Volks e a Assembleia geral dos metalúrgicos

Se nossos companheiros da Volks não partirem para cima da multinacional e do próprio Sindicato para defender os postos de trabalho, as demissões continuarão correndo soltas.

O chão-de-fábrica deve se levantar e dizer: *Chega de demissão! Chega de PDV! Chega de lay-off!* Queremos empregos, salários e direitos.

Deve levantar-se pela *Readmissão dos companheiros! Ou a Volks readmite, ou paramos a produção!*

Pela convocação de uma assembleia imediata na Volks, para defender os companheiros demitidos e lutar contra as demissões.

Pela convocação da Assembleia Geral dos metalúrgicos, para defender os companheiros demitidos, e iniciar uma campanha em todas as fábricas pela redução da jornada, sem reduzir os salários e estabilidade no emprego.

Ou os patrões param com as demissões, ou paramos as fábricas pelos empregos!

É necessário fortalecer uma oposição classista na Volks

Os companheiros que estão organizando a chapa *Opção Democrática* podem contribuir para organizar o chão-de-fábrica contra as demissões, e em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. É preciso tornar a Comissão de Fábrica em uma organização independente, democrática e de luta. A Comissão de Fábrica patronal acaba baixando a cabeça para a direção burocrática e autoritária do sindicato.

A *chapa Opção Democrática* deve ter a oportunidade de trabalhar por uma Comissão de Fábrica de luta na Volks. Pode ajudar os metalúrgicos a constituírem um movimento

oposicionista por uma mudança na direção do sindicato.

Precisamos de um sindicato classista, que siga a vontade da maioria dos trabalhadores.

Precisamos de um sindicato independente dos patrões.

Precisamos de um sindicato que garanta o direito democrático de oposição nas assembleias e nas eleições sindicais.

Somente uma direção comprometida com as necessidades dos operários, se esforçará para mobilizar coletivamente o chão-de-fábrica em defesa dos empregos, salários e direitos.



São Paulo

Relatos da distribuição do Boletim Nossa Classe

Na CBC

Os operários, diante da intervenção sistemática na porta da fábrica, começaram a se acerrar da militância do Nossa Classe. Como estão acostumados com correntes que só aparecem quando está próxima de eleição sindical, estão surpresos com a campanha que o Boletim vem fazendo na fábrica.

O Nossa Classe de março esteve voltado ao chamado “Que posição tomar diante da guerra da Ucrânia”, nas denúncias de demissões na Volks e nas respostas aos ataques patronais.

Observa-se que há um grande descontentamento com as direções sindicais, e uma das perguntas foi se “queremos formar outro sindicato”. A militância mostrou que não se trata de criar mais sindicatos, mas sim trabalhar para que estejam sendo dirigidos por uma política classista e de luta. Mostrou, também, a importância de exigir que os sindicatos estejam a serviço dos interesses gerais dos trabalhadores. E, nesse sentido, defendeu a convocação de assembleias, e aprovação de um plano geral de combate às demissões, à destruição de direitos, de defesa da reposição das perdas salariais, bem como um posicionamento proletário diante de um acontecimento mundial, como esse da guerra na Ucrânia. Alguns operários pegavam o Boletim e diziam, em voz alta, que o custo de vida está insuportável. Outros, não deixaram de se manifestar contra a guerra da Ucrânia.

Como se vê, existe disposição por parte dos trabalhadores em conhecer e discutir os problemas gerais e específicos que afetam suas vidas. No entanto, ainda carecem de uma direção sindical e política, capaz de organizar a luta coletiva por suas reivindicações e por elevar a consciência de classe.

Na Pirelli

A distribuição do Boletim Nossa Classe ocorreu logo após as demissões de centenas de metalúrgicos da Volks. E da reação dos demitidos, que se dirigiram até o Sindicato, e foram recebidos com truculência por parte dos seguranças da burocracia sindical. Assim, os operários da Pirelli tinham lido a notícia no Jornal da região e assistido o vídeo das cenas dos operários sendo agredidos. Indignados, um grupo dizia que o mesmo se passa com o Sindicato dos borracheiros. E completou: basta fazer uma denúncia da exploração patronal no sindicato, para que no dia seguinte o nome estar no RH da empresa. O que a militância do Boletim presenciou foi a expressão de tristeza dos trabalhadores para com a conduta dos sindicatos.

Esses depoimentos revelam tão somente o quanto a classe operária está desorganizada, e o quanto a burocracia sindical tem servido aos patrões. E mostram a necessidade da vanguarda mais consciente trabalhar para constituir as direções classistas desde as fábricas. ■

Rio Grande do Norte / Boletim Nossa Classe - março

O Boletim Nossa trouxe a campanha nacional do POR contra a guerra na Ucrânia, sob o título: Por que a classe operária deve lutar contra a guerra na Ucrânia? Conclui defendendo que os sindicatos e organizações políticas, que se reivindicam dos trabalhadores, iniciem uma mobilização, sob as bandeiras: Desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas; autodeterminação e unidade nacional da Ucrânia, e retirada imediata das tropas russas do território ucraniano.

Em seguida, traz uma nota denunciando que a fábrica Guararapes preten-

de suspender o funcionamento por 15 dias, em abril, e fazer com que os operários compensem nos sábados, e com aumento de 1 hora na jornada do dia. Diz: “A Guararapes paralisa suas atividades nos períodos de pouca demanda no setor de vestuário, para depois superexplorar os operários no período de maior demanda”. Mostra que o patrão consegue fazer isso, porque se utiliza do banco de horas, para proteger seus lucros. Além dessa denúncia, há uma reclamação geral sobre as metas estipuladas são cada vez maiores, e com um número cada vez menor de

trabalhadores. O que tem levado alguns trabalhadores a sacrificarem parte do horário do almoço para poder alcançar as metas. No CD Riachuelo, também sob a justificativa das metas, alguns chefetes ficam cronometrando o tempo em que o operário vai ao banheiro. Conclui, defendendo: Fim do banco de horas; contratação imediata de mais trabalhadores; nada de trabalho aos sábados e 1 hora a mais; Por um piso salarial que cubra as reais necessidades de uma família operária; reajuste salarial de acordo com o aumento do custo de vida. ■

Pernambuco / Boletim - O Proletário

A cada edição, o Jornal de bairro avança em sua construção como ferramenta de agitação e propaganda da política geral da classe operária, e do POR e de suas bandeiras. Neste número, traz dois pontos:

1) a denúncia das mortes e desalojamentos, no dia 22 de março, na cidade de Camaragibe (RMR). Diz que isso ocorre, não somente por fatores da natureza, muito menos por culpa das vítimas, mas sim pela condição social imposta à população pobre, que padece do desemprego, da falta de moradia, da fome e miséria. Chama os explorados a não se iludirem com as eleições que se avizinham, pois, nenhum politiquês irá solucionar esses problemas. Mostra

que somente com a organização coletiva e a luta direta é possível impor as reivindicações aos governantes e capitalistas. Daí a importância dos “comitês de luta”. Portanto, da organização independente e dos métodos próprios dos trabalhadores.

2) a necessidade da população explorada ter um posicionamento diante da guerra na Ucrânia. Destaca as bandeiras como: fim da OTAN, retirada imediata das tropas russas do território ucraniano, fim das sanções econômicas contra a Rússia, que atingem diretamente os explorados com “o rápido aumento nos preços dos alimentos, combustíveis, gás de cozinha”, e pela autodeterminação da Ucrânia. ■

Boletim Nossa Classe - Ecetista

O Boletim de março continua com a denúncia de que as Federações dos trabalhadores dos Correios não levantam uma verdadeira campanha contra a privatização dos Correios. Informa os novos passos da burocracia sindical, que retornou ao Senado, depois do recesso parlamentar. Agora, a burocracia acredita que, com consultas públicas e mais “visitas” aos senadores, continuará defendendo a empresa estatal.

A ação caricatural da burocracia das Federações esconde a intenção privatista que se projeta para além deste governo, e que corresponde à política do capital imperialista, de entrega das riquezas e patrimônio nacionais, para manter o parasitismo sobre o país. A campanha “fake” das FENTECT e FINDECT é também denunciada como meramente corporativista, porque não se projeta para a população e o conjunto dos trabalhadores. Uma verdadeira campanha contra a privatização dos Correios é uma campanha de cunho anti-imperialista, porque se ergue em defesa das empresas estatais, contra a sanha do capital nacional e internacional, e contra a manutenção da Dívida Pública, fonte inesgotável de saque do país, que justifica as privatizações seguidas. Uma verdadeira campanha contra a Privatização deve unir sindicatos, Centrais e movimentos em uma luta geral, nas ruas. Nada disso passa pelas ações das burocracias sindicais, dirigen-

tes dos trabalhadores dos Correios.

Enquanto a empresa estatal lucra bilhões com a superexploração dos ecetistas, a burocracia chama de “vitória” o PL 591 (de desmonte da Empresa) estar parado no Senado. Erguer a luta nacional por salários, empregos, direitos e contra as privatizações é o caminho e a política, para fazer frente aos governos e aos capitalistas. O Boletim afirma: “É preciso estancar a sangria do país, defendendo o emprego dos trabalhadores, as suas condições de trabalho e os seus direitos. Isso não se fará de forma corporativa, isolada ou por meio da pressão parlamentar. Levantar uma verdadeira campanha contra a privatização significa potencializar a luta em cada categoria, e organizar esta campanha como parte da construção da greve geral no país, para garantir os empregos, os salários e os direitos”.

O Boletim também traz a campanha do POR e do CERQUI de se opor à guerra na Ucrânia. O Boletim reproduz as posições que temos defendido junto à classe operária, e que servem de base para nos opormos a ação do imperialismo norte-americano sobre o continente europeu e a opressão nacional da Rússia sobre a Ucrânia. As bandeiras defendidas correspondem à luta contra a Guerra e a necessidade da ação da classe operária para fazer frente ao conflito armado.

São Paulo

Intervenção da Corrente Proletária na assembleia

Na assembleia de 29 de março, a Corrente Proletária interveio por meio da distribuição do Boletim, do manifesto sobre um mês da guerra na Ucrânia, da divulgação do Boletim do Comitê de Enlace, nº 34, e da venda do Jornal Massas, que trazia na capa o chamado “Ucrânia em ruínas”. Também interveio no carro de som, destacando que “estamos diante de

dois grandes problemas: 1) de uma guerra entre Estados Unidos e aliados contra a Rússia; 2) da necessidade urgente de reposição salarial, melhores condições de trabalho e de pôr fim à política de Doria, de desmonte da educação pública.

Nesse sentido, a assembleia deve aprovar: a) um posicionamento diante da guerra contra a Ucrânia; b) a rejeição in-

tegral do Plano de Carreira; c) a reposição das perdas salariais – pagamento do piso nacional (33,24%) e a recomposição das perdas; d) fim da farsa da Escola de Tempo Integral; abertura das escolas/turnos fechados; redução do número de alunos por sala de aula (máximo de 25 alunos).

Abaixo, publicamos o posicionamento diante da guerra contra a Ucrânia

A guerra dos Estados Unidos e aliados contra a Rússia levou o governo russo a ocupar a ex-república soviética, a Ucrânia. A guerra já dura mais de trinta dias. A imprensa faz uma campanha em favor do imperialismo sanguinário norte-americano, como se fosse a defesa da paz e da ajuda humanitária. Ao mesmo tempo, a OTAN vem ampliando o cerco militar à Rússia (soldados, armamentos, bases militares, etc.). Trata-se de um cerco que vem crescendo, desde o desmoronamento da URSS. A responsabilidade da Rússia não está no fato de procurar se defender da ofensiva da OTAN, mas de oprimir a Ucrânia, de pisotear o seu direito à autodeterminação, e de utilizar os meios e os métodos militares próprios do imperialismo. Por outro lado, o governo da Ucrânia, aliado das potências, usa o seu poder para alinhar abertamente o país aos ditames da OTAN, contra o domínio regional da Rússia.

A ofensiva do imperialismo e a resposta da Rússia dividem os trabalhadores. A campanha diária em torno à destruição da Ucrânia e à tragédia dos refugiados têm levado uma parcela dos professores a se colocar ao lado dos Estados Unidos e outra, ao lado da Rússia. Isso ocorre porque há também uma divisão en-

tre as direções sindicais e políticas, embora haja, em palavras, a defesa da autodeterminação da Ucrânia. Essa fragmentação resulta da ausência da política internacionalista do proletariado. A classe operária e os demais trabalhadores se encontram desorganizados e à mercê da campanha ideológica da burguesia. Essa desorganização impede uma resposta à guerra no campo da independência de classe e da defesa do socialismo.

A Corrente Proletária tem feito a campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui), junto às fábricas e ao movimento social, por meio das bandeiras: Pelo desmantelamento da OTAN! Pelo fim das bases militares dos Estados Unidos na Europa e no mundo! Abaixo as medidas econômicas e financeiras de Biden contra a Rússia e a economia mundial! Pela autodeterminação e unidade territorial da Ucrânia! Pela retirada das Forças Armadas russas da Ucrânia!

A Corrente Proletária defende que a assembleia aprove um chamado às centrais, sindicatos e movimentos, para que convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, em defesa da autodeterminação da Ucrânia, dos empregos, salários e direitos. ■

■ Horas depois, os deputados votaram favorável ao Plano de Carreira

Logo após a assembleia, os deputados aprovaram o Plano de Carreira, que é um profundo ataque aos salários e aos direitos. A Corrente Proletária divulgou um Boletim específico, contendo uma análise da proposta de Doria e dos prejuízos que causarão aos trabalhadores da Educação.

Apesar da rejeição do Plano de Carreira por parte da maioria dos professores, a direção da Apeoesp não organizou uma verdadeira luta para derrubá-lo com os métodos próprios dos explorados. A chamada pressão aos deputados, como apontamos na assembleia, só tem trazido derrota, a exemplo da reforma da previdência, o PLC-26 e, agora, o Plano de Carreira. Essas experiências negativas têm de servir para combater essa política nefasta por parte da direção sindical. Está aí a necessidade de fortalecer as posições classistas e de luta, que se expressam por meio da política da Corrente Proletária.

São Paulo

Boletim da Corrente Proletária – funcionários de escola

Os militantes da Corrente Proletária fazem uma campanha nas escolas, divulgando o Boletim, que traz o chamado: Rejeitar todas as imposições do governo Doria. Unir os funcionários da educação. Que a direção da Afuse convoque as Assembleias presenciais. Denuncia a farsa do Plano de Carreira e a “melhoria salarial”. Eis uma de suas passagens:

“Diante dessa política nefasta do governo, quem vem sendo penalizado é o funcionário de escola. Isso por que: 1) estabeleceu-se uma divisão entre os funcionários que possuem os diplomas e os que não possuem; 2) os que podem pagar uma faculdade ou curso para, rapidamente, obter os certificados, e os que precisam usar o mísero salário para comprar o arroz e o feijão; 3) entre os Agentes de Organização Escolar efetivos e os trabalhadores terceirizados, extremamente explorados”. (...)

“Por outro lado, a direção do Sindicato (Afuse) não move uma palha contra os abusos de Doria. Rejeita convocar as reuniões e assembleias presenciais, para que os trabalhadores da Educação possam aprovar o caminho para derrubar essas violentas medidas de Doria. Trata-se de uma direção que há muito está morta para os funcionários de escola. É uma direção que se mantém à margem dos problemas vividos nas escolas. Está aí por que é preciso erguer uma oposição verdadeiramente de luta, e não de véspera de eleição, para expulsar essa burocracia que se apoderou do sindicato”. (...)

Defende: 1) A convocação urgente de uma assembleia presencial, para aprovar a luta contra as medidas de Doria e seu secretário fantoche Rossieli; 2) Rejeitar a farsa do Plano de Carreira e da qualificação profissional; 3) Reposição das perdas salariais. Um reajuste para repor o poder de compra dos salários; 4) Que qualquer “qualificação” profissional seja custeada pelo governo. Nenhum centavo para as faculdades privadas; 5) Unidade entre os Agentes de Organização Escolar com os demais funcionários, que inclui os trabalhadores terceirizados; 6) Fim da terceirização. Efetivação de todos os terceirizados pelo governo.

■ Nota da Corrente Proletária sobre a aprovação do PLC-03 de Doria

A direção da Afuse foi, novamente, incapaz de organizar os funcionários de escolas para responder à manobra de Doria com o PLC-03. Recusou a convocar uma assembleia, e preparar a luta em unidade com os professores. Deixou que o governador e seus porta-vozes na Assembleia Legislativa inserissem o reajuste salarial no Plano de Carreira. Assim, uma parcela dos Agentes de Organização Escolar, que possui o diploma de graduação, exigia a aprovação do PLC-03, porque poderia ter salário um pouco maior, mesmo sabendo que o PLC-03 era um Plano de Carreira ligado ao magistério. Outra parcela queria que houvesse uma separação, dirigida tardiamente pela direção da AFUSE, de parte do Plano de Carreira dos funcionários de escolas do PLC-03. Como se vê, governo dividiu os funcionários de escolas e a burocracia do sindicato ficou assistindo a manobra, para, em seguida, lamentar o

que ocorreu na Assembleia Legislativa.

Agora, diante dessa tragédia, é preciso exigir que a direção da Afuse convoque uma assembleia presencial, amplamente preparada, para que os funcionários aprovem o caminho para enfrentar o governo do PSDB. Doria renunciou, depois de ter cumprido quatro grandes objetivos: a reforma da Previdência, o confisco salarial dos aposentados, o reajuste de fome, que não repõe as perdas salariais e, agora, a divisão entre os Agentes de Organização Escolar, que receberão mais porque conseguiram um diploma de graduação.

A Corrente Proletária chama os funcionários para avaliar o que vem ocorrendo nas escolas, incluindo os salários e direitos. Não adianta baixar a cabeça, indignar e lamentar a desgraça, que se vem abatendo sobre nossa categoria. Ao contrário, é preciso ir à luta coletiva, porque novos ataques virão. ■

■ Congresso do SINASEFE

O 34º Congresso do Sindicato Nacional dos Servidores Federais ocorrerá entre os dias 12 e 15 de maio. Após ter sido adiado, em função da Pandemia, o Congresso se realizará presencialmente. Que este seja um passo para a ruptura dos métodos virtuais, no qual a categoria ficou mergulhada nos últimos dois anos, pela política burguesa de isolamento social das direções. Aqui faremos um resumo dos principais pontos abordados na tese.

A tese destaca o aprofundamento da crise econômica e pandêmica. Aponta como o capitalismo tem aumentado a opressão, com aumento da miséria, desemprego, redução de salários, ataque aos direitos – dentre eles a Educação, com cortes e aumento da ingerência do governo. E que só é possível responder ao aumento da opressão capitalista, sob a política de independência de classe, com os próprios métodos, o que, neste momento, significa a ur-

gente retomada dos métodos presenciais de luta e unidade dos oprimidos.

Traz um balanço dos dois anos de pandemia, da adaptação das direções sindicais, inclusive do SINASEFE, às políticas burguesas de resposta à Pandemia, a iniciar com o desmonte do ato nacional de 18 de março de 2020. O episódio demonstrou como se construiria a “unidade nacional” entre direções políticas, governos e capitalistas, em torno ao combate à Pandemia. A política imposta pelos governos, e aceita pelas direções sindicais, quebrou os movimentos, e abriu caminho para as medidas de ataques de governos e capitalistas. A bandeira burguesa do “fique em casa”, levantada por muitas centrais sindicais, não foram capazes de impedir as brutais consequências da Pandemia sobre a vida dos mais pobres. Acordos de redução salarial, de rebaixamento do valor da força de trabalho, imperaram em todo o país. Principalmente com a aplicação da MP 936, onde todas as Centrais e sindicatos, das mais direitistas, como UGT e Força Sindical, passando pela CUT e CTB, às mais esquerdistas, como a CSP-Conlutas, montaram as farsas das “assembleias virtuais”, para aprovar os acordos de redução salarial, que não garantiram os empregos. Ainda em 2020, os movimentos que se levantaram foram isolados pelas direções das centrais e sindicatos, como a greve da Renault e dos trabalhadores dos Correios. Mesmo com os dados alarmantes sobre as taxas de desemprego, que, no final de 2020, em números oficiais, atingia 13,5% da população, contra os 11,9% de 2019, a burocracia sindical continuou sustentando a estratégia burguesa do “Fique em Casa”. Acrescentamos ainda o episódio do fechamento das plantas industriais da Ford no país, em janeiro de 2021, que culminou em mais uma greve isolada. Em 2021, o retorno dos atos presenciais, no lugar de retomar a luta contra o aumento da miséria, desemprego e ataque aos salários e direitos, foi submetido à bandeira eleitoral de “Fora Bolsonaro”, antecipando a corrida eleitoral de 2022. Diante deste quadro defendemos: “Pela independência política dos sindicatos e do SINASEFE: nenhum apoio às candidaturas burguesas das eleições de 2022!”; “Por um Plano Emergencial, organizado a partir das assembleias presenciais, enquanto perdurar a Pandemia!”; “Por uma Carta de Reivindicações Unitária, dirigida aos governos e patronato, que defenda os empregos, os salários, os direitos e contra as privatizações!” “Pela luta contra o pagamento da Dívida Pública!”.

A análise de Conjuntura traz também o posicionamento e proposta de resolução sobre a Guerra na Ucrânia, apontando a necessidade dos sindicatos se posicionarem com a política da classe operária, levantando as bandeiras: 1) Abaixo as medidas econômi-

cas e financeiras de Biden contra a Rússia e a economia mundial! 2) Pelo desmantelamento da OTAN! 3) Pelo fim das bases militares dos Estados Unidos na Europa e no mundo! 4) Retirada das Forças Armadas russas da Ucrânia! 5) Pela autodeterminação e unidade territorial da Ucrânia!

A tese também traz um plano de luta tanto para os IFs, como para os demais setores. Com o texto, que tem com título: “Responder ao arrocho salarial, cortes orçamentários, privatismo, intervencionismo, ensino a distância e contrarreformas com a defesa da autonomia, financiamento integral por parte do estado e expropriação da rede privada de ensino”. A partir de levantamento de dados, ele foca nas questões necessárias para a luta dos IFs e universidades federais. Ele traz as principais teses da Corrente Proletária na Educação para o setor, e vincula os problemas mais imediatos e do último período à luta geral dos trabalhadores.

Sobre a política sindical, a tese traz o texto “Pela unidade política e organizativa dos trabalhadores. Combater a política divisionista e trabalhar pela construção de um congresso de unificação de todas as centrais sindicais”. Neste texto, fazemos um balanço da saída do SINASEFE da CSP-Conlutas, para construir o Fórum Sindical, Popular e de Juventude por Direitos e Liberdades Democráticas”, que, em dois anos, se mostrou praticamente inexistente. Não serviu para fortalecer a base, não fez nenhum esforço para se diferenciar da política colaboracionista das centrais. As correntes, como PSOL, que primeiro seguiram o divisionismo da CUT para formação da CSP-Conlutas são inconsequentes ao, sem fazer nenhum balanço, ter defendido mais uma divisão no seio do movimento, que serviu apenas para deixar o movimento ainda mais fragmentado. Diante disso, defendemos: “Congresso de Unificação de todas as centrais”, e a consigna de “unidade política e organizativa do conjunto dos trabalhadores”. Que o SINASEFE: oponha-se ao divisionismo sindical, com defesa da unidade organizativa e política; rejeite qualquer nova divisão, servidores devem compor o movimento geral dos trabalhadores; lute pela realização de um Congresso de Unificação de todos os trabalhadores; aprove um congresso da CSP-Conlutas, para discutir a unificação central classista, independente e democrática.

Trouxemos também a importância de defender o direito à Saúde, Previdência e Assistência Social, com o texto intitulado: Responder à mercantilização e à destruição da seguridade social, com a bandeira de expropriação da rede privada sob controle operário”. E, em resposta ao aumento da violência no campo – “Defender a vida dos camponeses pobres, indígenas e ribeirinhos, contra o latifúndio e o agronegócio”. ■

Boletim Corrente Proletária na Educação para os IFs (Institutos Federais)

O Boletim da Corrente Proletária traz como título “Métodos virtuais se mostram incapazes de erguer a greve nacional nos IFs: Que o SINASEFE convoque Plenária Nacional presencial, para construção da luta unificada! Pela retomada das Assembleias presenciais nos campi!”. Trouxe, também, o posicionamento sobre a Guerra na Ucrânia, com o chamado “Qual deve ser a posição do funcionalismo público e seus sindicatos, diante da guerra na Ucrânia?”

A direção nacional do SINASEFE, assim como o Fórum Nacional dos Servidores Federais, insiste em convocar plenárias nacionais virtuais ou híbridas, que mal contam com a participação das direções das seções. A paralisação do dia 16/03 não expressou ação dos servidores. Ocorreram poucos atos e na maioria esvaziados. Ainda assim, as direções comemoraram o ato em Brasília, e convocaram a base para o “Ocupa Brasília” em 30/03, que mais uma vez serviu para alimentar os métodos virtuais, onde a base sabe da campanha salarial pelos vídeos e publicações nas

redes sociais, como “ultimato” para o governo Federal fazer a recomposição salarial de 19,99%. Estão restringindo o calendário de lutas à pressão parlamentar e aos métodos virtuais.

O Boletim chama atenção para o princípio básico de construção da greve pela base. Por isso, defendemos “Convocar assembleias presenciais nos campi, que sirvam para construir uma pauta de reivindicações que expresse as necessidades da base, com defesa dos métodos próprios de luta”. Para defender efetivamente os salários e condições de vida dos explorados é preciso que as assembleias defendam o reajuste automático do salário de acordo com a alta dos preços. Que as centrais sindicais e as entidades estudantis fortaleçam a greve em defesa dos salários, empregos e direitos, contra o teto de gastos e os cortes de verbas, convocando as plenárias unificadas com servidores públicos, trabalhadores das empresas privadas, desempregados e estudantes – que convoquem um dia nacional de luta, com paralisação geral da produção, piquetes e manifestações massivas de rua. ■

São Paulo

Construir os comitês de luta em Francisco Morato

No dia 19 de março, houve uma manifestação contra a cobrança da taxa do lixo na conta de água. O movimento ainda não ganhou força suficiente para impor o fim de mais uma taxa. Uma parte dos organizadores cria a ilusão de que é possível uma negociação com a prefeitura, ou de recorrer à Justiça. No entanto, é evidente que, sem um forte movimento de rua, não será possível derrotar essa taxa do lixo.

A Corrente Proletária trabalhou para que a manifestação fosse massiva e, agora, luta para que o movimento não se submeta às promessas de politiquinhos e à Justiça, que é a favor do prefe-

to. Nesse sentido, vem mostrando a importância de unificar as reivindicações do bairro. Portanto, não se limitar à taxa do lixo. Os problemas são muitos.

Francisco Morato é um município onde a maioria dos trabalhadores está obrigada a viajar horas para chegar ao trabalho. É um município que convive com o desemprego e o aumento da miséria e da fome.

Isso obriga a vanguarda, que vem se mobilizando, a trabalhar para constituir um comitê de luta, onde se discutem e aprovam as ações coletivas, em defesa da vida da população pobre.

Notas nacionais**Corrupção no Ministério da Educação**

Tornou-se inevitável a queda do ministro Milton Ribeiro, embora Jair Bolsonaro tenha procurado evitá-la. A imprensa, aos poucos, foi revelando fatos que comprovavam a existência de um “gabinete paralelo no MEC”. Ribeiro entregou aos pastores evangélicos, Gilmar Santos e Arilton Moura, a função de chantagear prefeitos, que necessitavam de verbas do ministério. A prova definitiva de que os delinquentes bolsonaristas achavam as autoridades municipais se revelou com a publicação de fotos e documentos de uma cerimônia, no município de Salinópolis (PA), em que Ribeiro e os pastores apaniguados divulgaram uma edição da bíblia ilustrada, com as fotografias dos meliantes.

A Igreja Ministério Cristo para Todos, uma das variantes da Assembleia de Deus, imprimiu em gráfica própria a bíblia que serviria de promoção ao ministro da Educação e a seus dois asseclas do “gabinete paralelo, bem como para arrecadar propina disfarçada de venda e compra do livro “sagrado”. Há vários relatos de prefeitos e secretários municipais, de que os pastores negociavam o acesso à verba pública em troca de propinas. De tão espertos, não tendo poderes de Midas, os religiosos preferiam receber em barra de ouro, se possível.

Em uma conversa no ministério, Ribeiro afirma que recebia instrução do presidente da República. No ministério da Saúde, também foi montado um “gabinete paralelo”, comprovado pela CPI do Covid. Pelo visto, deve ser uma prática comum no governo bolsonarista. Travestidos de patriotas, moralistas, crentes e benfeitores, essa gente tem agido nos ministérios como verdadeiras gangs.

No processo do “Mensalão”, provido pela Operação Lava Jato, que concluiu com a prisão do ex-presidente Lula (PT), a imprensa insistiu na farsa de que o PT e aliados tinham tornado a corrupção, de pontual, em sistêmica. Bolsonaro, então deputado, foi um dos mais eufóricos defensores da Lava Jato e do juiz Sérgio Moro.

Representando a ultradireita militarista, e apoiando-se nas igrejas evangélicas, o deputado reacionário foi eleito presidente, como o mais representativo arauto da moralida-

de burguesa e pequeno-burguesa. Hoje, a mesma imprensa que teve um papel decisivo na ascensão de Bolsonaro se vê obrigada a mostrar o verdadeiro rosto do “salvador da pátria” contra o perigo inexistente do comunismo.

As massas foram arrastadas pelas mentiras de Bolsonaro e dos bolsonaristas de última hora. Estão pagando caro com as contrarreformas previdenciária e a trabalhista, com o desemprego, o subemprego, a pobreza, a miséria e a fome.

Mais uma vez, o escândalo de corrupção explode, em meio às disputas eleitorais. Bolsonaro já não tem como se valer do “Mensalão” para denunciar o candidato Lula; e Lula não tem como aproveitar devidamente o escândalo dos pastores.

A importância do fato está em que a vanguarda com consciência de classe pode mostrar à classe operária, aos demais explorados e à juventude oprimida que o capitalismo se encontra em avançado estágio de decomposição, e o Estado burguês, de apodrecimento. Os explorados têm de lutar por um programa próprio em defesa de suas condições de existência: por empregos, salários, direitos trabalhistas, saúde e educação públicas a toda a população; pelo fim da legislação antigreve, pelo direito livre organização e manifestação; pela expulsão das direções colaboracionistas e traidoras das organizações de massa; pelo estabelecimento da democracia das assembleias; pela formação dos comitês de empregados e desempregados.

Os trabalhadores podem e devem exigir das centrais que organizem a luta nacional pelo programa próprio da imensa maioria, que sofre com o desemprego, o subemprego e os baixos salários. Se os explorados tomam o caminho da luta direta e da organização independente, ganham força para convocar um Tribunal Popular para julgar os crimes do governo Bolsonaro. Se não for esse o caminho, os pobres, miseráveis e famintos servirão de joguetes na disputa eleitoral. É contra essa possibilidade que a vanguarda com consciência de classe luta, desde já, contra os desvios eleitorais, que já estão sendo cultivados nas centrais, sindicatos e movimentos populares.

Queda do presidente da Petrobrás

Sem reestatizar a Petrobrás e sem o controle operário da produção, o petróleo continuará servindo aos interesses dos trustes, do capital financeiro e dos Estados imperialistas. O Brasil alcançou alto desenvolvimento tecnológico na extração e refino do petróleo. Esse feito se deveu à sua constituição como empresa estatal, em 1953. A burguesia brasileira ainda expressava significativa tendência nacionalista, encarnada pelo governo de Getúlio Vargas. A ditadura militar, em certa medida, a conservou, principalmente sob o general Geisel.

A pressão do capital financeiro e das petroleiras, para quebrar a nacionalização do petróleo, cresceu em fins da década de 1980 e começo da de 1990. Em 1995, desfechou-se um primeiro golpe no monopólio da Petrobrás, aprovando-se uma emenda constitucional, que flexibilizava a competência da empresa em executar de forma monopolizada os seus negócios. Os privatistas conseguiam dar um passo, no sentido de romper o monopólio da União.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, assim, dava início a um processo de privatização que iria avançar gradualmente. O governo de Lula, que posava de defensor da soberania nacional, deu seguimento à desnacionalização da extração, embora de forma lenta e retardada. A descoberta das imensas reservas do Pré-sal, em 2006, permitiu a Lula fazer proselitismo sobre a grandeza dos recursos naturais. No final de seu governo, em dezembro de 2010, o presidente petista cedeu às exigências do grande capital e do imperialismo, estabelecendo a exploração do Pré-sal em regime de partilha, ao lado do regime de concessão. Coube a Dilma Rousseff administrar as novas regras, que davam amplo acesso das petroleiras ao Pré-sal. Michel Temer e Jair Bolsonaro impulsionaram a privatização da extração, do refino e da comercialização.

Os acionistas, sendo os mais poderosos os de capital internacional, tomaram conta da Petrobrás. Temer adotou a Política de Paridade Internacional (PPI), para determinar o preço dos combustíveis. Com mais essa medida, a burguesia brasileira e seu governo passaram totalmente o controle da Petrobrás para o capital externo. Desarmaram a economia do país, diante da crise mundial do capitalismo e do recrudescimento da guerra comercial.

Os acontecimentos na Ucrânia são um importante fator para a elevação dos preços dos combustíveis e do conjunto das commodities. As sanções impostas pelos Estados Unidos à Rússia atingi-

rão, não apenas a região conflagrada, como também o conjunto das economias. O Brasil vem importando a inflação e a elevação mundial do custo de vida, que internamente já atingiam os assalariados, e, portanto, a população pobre e miserável.

Discute-se, no governo e no Congresso Nacional, uma forma de subsidiar a gasolina, querosene e gás. Os investidores em títulos da Petrobrás estão felizes com os seus ganhos. O ministro da Economia não tem do que se queixar, já que aumentou muito a arrecadação do Tesouro em royalties. As massas pagarão, de qualquer forma, os altos preços ditados de fora para dentro do país. Nas eleições, essa será uma questão a ser explorada. Bolsonaro trocou o presidente da Petrobrás, Joaquim Luna e Silva, pelo tecnocrata francamente pró-imperialista, Adriano Pires.

Está colocada a luta do proletariado por um conjunto de reivindicações: reajuste automático, de acordo com a elevação do custo de vida, recuperação de todas as perdas nos últimos anos, salário mínimo vital, redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários, fim das demissões, reestatização da Petrobrás, sem indenização e sob o controle operário da produção. Que as centrais sindicais convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, como ponto de partida da organização da campanha por um programa próprio dos explorados.

Uma defesa consequente do fim das privatizações e reestatização das empresas já privatizadas, dentre elas a Petrobrás, depende de um amplo movimento da classe operária e da maioria oprimida em escala nacional. Os Sindicatos dos petroleiros têm a obrigação de tomar a frente dessa luta. O problema está em que suas direções estão burocratizadas, adaptadas ao capitalismo, e subjugadas às pressões das forças burguesas pró-imperialistas. É preciso ter claro esse obstáculo, para mostrar à classe operária que as privatizações, as demissões e o achatamento salarial somente serão respondidos com luta, se pressionarem as direções e levantarem o objetivo de expulsá-las dos sindicatos.

Como parte dessa luta, está colocada a bandeira de fim da guerra na Ucrânia, desmonte da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções à Rússia, autodeterminação, integralidade territorial e desocupação da Ucrânia. Não se pode desvincular a luta internacional contra a guerra da luta nacional contra a exploração capitalista e o domínio imperialista.

Notas Regionais

Crescimento do PIB estadual alardeado por Camilo apenas cobre as perdas anteriores, sem melhorar as condições de vida das massas

O IPECE divulgou, no final de março, que o PIB cearense cresceu 6,63%, no ano de 2021, superando a queda de -3,56%, em 2020, e acima da média nacional de 2021, que foi de 4,6%. Camilo comemorou, dizendo que se tratava de um “ótimo resultado para a economia de nosso estado”. O alardeado crescimento, contudo, partiu de um patamar rebaixado da economia, e deveu-se à simples reativação dos setores paralisados ou semiparalisados na Pandemia. Isso fica patente, quando se verifica que o setor que mais puxou a recuperação do PIB correspondeu ao de eletricidade, gás e água. Outro elemento que confirma essa avaliação é a previsão de crescimento do

PIB estadual para 2022, que será de apenas 1,25%, segundo o mesmo IPECE. O desemprego teve apenas uma pequena redução, de 12,4%, para 11,1%, no final de 2021, e o PIB per capita (R\$ 17.912,00) permanece no mesmo patamar de 50% do PIB per capita do Brasil, abaixo até mesmo da média do Nordeste (R\$ 18.359,00). Se levarmos em consideração que mesmo esse rebaixado PIB per capita não é alcançado por cerca 90% dos municípios do estado, percebe-se que o desenvolvimento é acompanhado de uma brutal disparidade econômica intraestadual.

Enquanto o governo Camilo/PT faz demagogia com a recu-

peração econômica, a maioria passa fome, sobrevive na informalidade, suporta salários miseráveis e a superexploração do trabalho. A CUT-CE, abertamente governista e colaboracionista, não move uma palha para organizar a luta geral dos explorados por melhores condições de vida e trabalho.

O POR convoca a vanguarda combativa e os explorados no

estado a romperem com a política de conciliação de classes, e a defenderem a luta nas ruas, pelas reivindicações de defesa da vida das massas: salário vital, estabilidade e emprego a todos, direitos trabalhistas, e contra as privatizações. Não há outro caminho para enfrentar a desintegração capitalista que recaia inteiramente sobre os explorados.

Acordos eleitorais e os novos arranjos das frações burguesas

Com a proximidade das eleições de outubro, e especialmente com o período da chamada janela partidária (que permitiu a troca de partidos pelos políticos burgueses) ocorreram profundas rearticulações das frações burguesas que disputam o governo no estado.

O primeiro rearranjo de forças envolveu a oposição burguesa. A fusão do PSL com o DEM, criando o União Brasil, permitiu que a nova legenda se tornasse um ponto de convergência da maioria da oposição burguesa ao governo Camilo. O pré-candidato ao governo estadual, Capitão Wagner e seu grupo, deixaram para trás o PROS e, com apoio do deputado federal Heitor Freire/PSL, tomaram de assalto a direção estadual da sigla contra a ala minoritária do empresário Chiquinho Feitosa, oriunda do DEM e simpática a Camilo Santana. A derrota obriga a minoria a migrar para uma nova legenda, governista. Situação análoga, porém inversa, acomete o também opositor e prefeito de Maracanaú, Roberto Pessoa, que é quem deve migrar do PSDB para o União Brasil, uma vez que o partido de Tasso já tem praticamente definido o apoio à coligação PT/PDT nas próximas eleições. A permanência de Vitor Valim, prefeito de Caucaia, no PROS pode indicar apoio, ainda que discreto, à reeleição dos Ferreira Gomes. A sua confirmação, indicaria uma ruptura definitiva com a oposição burguesa e sua adesão completa ao governismo.

Após a filiação de Jair Bolsonaro, o pequeno PL do Ceará foi violentamente arrancado de sua estável posição na base governista de Camilo. A então direção estadual do partido, nas mãos de Acilon Gonçalves, prefeito do Eusébio, teve enormes dificuldades para se equilibrar no comando da legenda e não ser substituída por bolsonaristas fiéis. Acilon, não apenas admitiu que fará a campanha presidencial de Bolsonaro no estado, como, se preciso for, se lançará, ele próprio, candidato a

governador. O equilíbrio de forças dentro do PL, que não durará indefinidamente, mostra as dificuldades do bolsonarismo, como ala particular da ultradireita, para constituir-se em um partido próprio e sólido no estado do Ceará.

No campo dos governistas, prosseguem a todo vapor os acordos entre PDT e PT quanto à redistribuição internas de forças no seio da coligação. Já indicamos anteriormente que o PDT se viu obrigado a fazer concessões ao PT, a fim de sustar a possibilidade de cisão da coligação e lançamento de uma candidatura própria petista ao Palácio da Abolição. O PDT que justificava anteriormente sua posição de cabeça da chapa alegando que o PT já estava contemplado com a vaga ao Senado (Camilo) fez concessões e ajudou o PT a incorporar 12 prefeituras, além da promessa de mais espaço na Assembleia. De fato, em parte, por meio da ajuda do PDT e em parte pelas pretensões eleitoreiras dos candidatos que esperam bons dividendos eleitorais com a recomposição política do PT, foram incorporados, nos últimos dias, nas hostes reformistas 3 deputados estaduais (Augusta Brito/PC do B; Júlio Cesar filho/Cidadania e Nizo Costa/PSB) levando o PT a tornar-se a segunda maior bancada da Assembleia, atrás do PDT, com 7 deputados. A ala petista contrária à aliança com os Ferreira Gomes e favorável à candidatura própria (encabeçada pelos deputados José Airton e Luizianne Lins) viu-se, diante destes novos arranjos, ainda mais isolada. Apenas a situação criada pela candidatura presidencial de Ciro Gomes/PDT e as dúvidas quando a um palanque para Lula no estado (que não preocupam a ala direita do partido), ainda mantém vivas as pretensões da oposição petista.

O PDT, que se vê na confortável na posição de quem domina a máquina estadual, dezenas e dezenas de prefeituras, o TJCE e uma enorme bancada legislativa pode-se dar o luxo de proceder a um pro-

cesso de escolha interna dos nomes para suceder Camilo, entre os quais contam-se: Izolada Cela (vice-governadora), Roberto Cláudio (ex-prefeito de fortaleza), Evandro Leitão (presidente da ALCE) e Mauro Filho (titular da SEPLAG)

Como se vê as frações burguesas negociam livremente alianças e acordos em torno da disputa pelo governo estadual e assembleia legislativa. Os conflitos internos, as cisões, filiações e desfiliações não tem qualquer relação com os interesses, reivindicações e luta dos explorados do estado. Ao contrário: buscam se sobrepor a estes interesses e arrastar os explorados para ideia de que suas reivindicações e aspirações a melhores condições de vida só podem ser alcançados através destes arranjos eleitorais. O PT, que apodreceu na política burguesa, arrasta consigo a CUT e grande número de sindicatos, ou seja, centenas de milhares de explorados organizados, para a política de conciliação de classes, para as negociações com os partidos burgueses, que tem por finalidade a defesa dos interesses fundamentais da grande burguesia no quadro da profunda crise econômica e social que atravessamos.

O POR chama os explorados a rejeitarem o eleitoralismo, a politicagem burguesa, seus partidos e suas quadrilhas de ladrões e enganadores do povo pobre. Convoca o proletariado, os camponeses, a juventude oprimida e a pequena burguesia empobrecida a exigirem de suas direções a organização imediata da luta em defesa de suas condições de vida, e antes de tudo a organizar um Dia Nacional de Luta com paralisações e bloqueios. Convoca os explorados a lutarem pela independência de classe e por um governo próprio dos oprimidos, o governo operário-camponês (ditadura do proletariado); não há alternativa para os explorados, frente a desintegração mundial capitalista e ao aprofundamento das condições de barbárie.

Intervenção do POR no 40º Congresso do Andes-SN

Abaixo transcrevemos o pronunciamento da representante da Corrente Proletária na Educação-POR, no início do 40º Congresso do ANDES-SN

Boa tarde, companheiros. Eu vou expressar aqui a posição coletiva da Corrente Proletária na Educação a respeito da conjuntura. Primeiro, a gente saúda a realização deste Congresso de forma presencial. A retomada da presencialidade é essencial para a gente organizar as nossas lutas. Isso é bastante importante, é um passo para a gente conseguir avançar.

Nesses dias de Congresso, precisamos de fato fazer um balanço. Para que fazer um balanço desses dois últimos anos? Para a gente entender quais são as tendências econômicas e políticas que estão colocadas, quais são as táticas que a gente tem de adotar, e quais são os métodos à altura do que a gente está enfrentando.

Essa guerra tem particularidades e contradições que exigem da gente uma resposta muito precisa. A gente percebe como o imperialismo está usando a Ucrânia de bucha de canhão, como parte de seu cerco militar à Rússia, tudo para concluir a restauração capitalista, para eliminar qualquer resquício da economia nacionalizada e de um controle que não seja diretamente do imperialismo.

Estamos realizando este Congresso num momento de profunda crise econômica, que se somou à devastadora crise pandêmica, e que se soma agora ao cenário da guerra, com as sanções econômicas... Tudo isso tem grande impacto sobre a vida da maioria explorada e oprimida, sobre grande parte do funcionalismo público, e sobre a Educação. É por isso que a gente está propondo que se tenha um tempo maior para discutir a questão da Ucrânia. Essa guerra tem particularidades e contradições que exigem da gente uma resposta muito precisa. A gente percebe como o imperialismo está usando a Ucrânia de bucha de canhão, como parte de seu cerco militar à Rússia, tudo para concluir a restauração capitalista, para eliminar qualquer resquício da economia nacionalizada e de um controle que não seja diretamente do imperialismo.

Mas, essa análise não pode fazer a gente ocultar que o método de resposta da Rússia à ofensiva imperialista não é o método proletário e revolucionário. Ela responde destroçando a autodeterminação do povo ucraniano, responde rompendo a unidade territorial da Ucrânia. É por isso que nós estamos propondo que este Congresso aprove uma campanha, uma resolução, pelo desmantelamento da OTAN; pelo fim das bases militares norte-americanas na Europa; contra as sanções de Biden, que não se voltam contra a Rússia somente, mas contra a economia mundial, com grande peso sobre as massas; em defesa também da autodeterminação da Ucrânia, pela sua unidade territorial, e pela retirada das tropas russas.

Sobre o Brasil, é inevitável que a gente faça um balanço dos últimos anos. Não somos comentaristas da luta de classes, somos parte dela. Temos de analisar qual foi o papel desempenhado

pelas direções sindicais nesse contexto. É preciso ver que, diante da Pandemia, foi adotada uma política, que não respondeu ao problema das massas. Quem é que não sabia que a burguesia ia aproveitar para passar a sua boiada? O próprio ministro disse que esse era o plano. E o que fizeram as direções sindicais? Fecharam os sindicatos, desarmaram os Dias de Luta, e só romperam essa política quando a política burguesa ditou.

Nossa categoria foi uma das poucas que pôde usufruir do isolamento social. Para a grande maioria, foi uma ficção. A maioria dos trabalhadores, da classe operária, permaneceu trabalhando. Além de lidar com o vírus, teve de lidar com o aumento da exploração patronal, teve de lidar com a MP 936, que reduziu os seus salários em 70%. Os trabalhadores procuraram os seus sindicatos, mas estes estavam fechados, falando “fique em casa”, fazendo assembleias virtuais, para aprovar acordos de demissão e de redução de direitos.

Esse é um balanço necessário, porque a gente precisa organizar a nossa luta, a nossa campanha salarial, contra as privatizações, contra a reforma administrativa... A gente vê que, diante dessa regressão organizativa, que nos atomizou, agora tem gente que se adapta. Quantos delegados aqui não foram eleitos em assembleias virtuais? Quantas vezes, por um problema financeiro etc., não deixaram de fazer as assembleias presencialmente? Quantas assembleias para aprovar a greve pela reposição salarial não estão acontecendo de forma presencial? É preciso que a gente rejeite esses métodos. São métodos anti-sindicais. É o método que o PROIFES defendia – o qual agora está feliz com a expansão desses elementos.

Também estamos em um momento que é de um ano eleitoral. A gente já viu como isso atíça o plenário. Mas, a gente vem aqui para defender a independência de classe, a independência política e organizativa do nosso sindicato, diante das eleições. Vendo essas tendências, sabemos que nenhum governo, que sairá das eleições, poderá fazer frente a todos esses problemas. Pelo contrário, mesmo se for vitoriosa uma candidatura anti-Bolsonaro, será vitoriosa conciliando com a direita, sem tocar um dedo nas contrarreformas e no pagamento da dívida pública.

Independência de classe é organizar a luta a partir das reivindicações mais sentidas: dos empregos, que foram destruídos aos milhares nesse período; dos salários, que foram rebaixados e corroídos pelo aumento do custo de vida; e dos direitos, que têm sido pisoteados. Os métodos têm de ser os presenciais, os nossos métodos históricos! Exigir das Centrais que convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Lutas, com os nossos próprios métodos, com os bloqueios, com paralisações... Basta de atos só do funcionalismo, para os quais a classe operária não tem sido chamada! Ela também não tem ido aos atos do “Fora Bolsonaro”, porque sabe que os seus problemas não se encerram aí. Os operários estão, sim, esperando para ser chamados, para lutar por seus empregos. Nesse cenário, tão adverso, houve greves operárias, dos Correios... e essas greves ficaram fragmentadas e isoladas.

Chamamos à luta unitária em torno das reivindicações!

Abaixo publicamos a proposta da Corrente Proletária na Educação ao Congresso do ANDES sobre a guerra na Ucrânia

I. Por uma campanha internacionalista contra a Guerra da Ucrânia

1. A Guerra na Ucrânia entrou em seu 30º dia e, como toda guerra, deixa seu rastro de destruição, mortes e sofrimento. Essa conflagração já tem trazido pesadas consequências para as massas oprimidas, em todo o mundo. Ao mesmo tempo, a classe operária mundial e os demais explorados estão desorganizados para enfrentar os efeitos deletérios do capitalismo em decomposição, cuja barbárie social se vem potenciando há muito tempo. Diante disso, é importante que o Congresso do ANDES-SN aprove uma resolução que firme um posicionamento da entidade em relação à guerra, definindo as responsabilidades pelo conflito e, consequentemente, aprovando as bandeiras que expressem o internacionalismo proletário e a independência de classe.
2. É importante que o Congresso reconheça que a mídia monopolista vem realizando uma campanha voltada a condenar a Rússia e a exaltar o imperialismo norte-americano e europeu como defensores da paz, e a OTAN como uma força militar puramente defensiva que, supostamente, tem a função de garantir a concórdia entre as nações. Oculta, portanto, a responsabilidade central das potências ocidentais por essa Guerra. É necessário que o Congresso denuncie e rejeite essa infame campanha.
3. O motor dessa guerra está no cerco econômico e militar do imperialismo à Rússia. A OTAN foi mantida e fortalecida, mesmo após a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), integrando as ex-repúblicas populares do Leste Europeu e parte das ex-repúblicas soviéticas. Não bastando, os Estados Unidos instalaram inúmeras bases militares, apontadas para a Rússia.
4. A justificativa de Putin de que a incorporação da Ucrânia à OTAN ameaça a segurança da Rússia tem, portanto, bases concretas. Os Estados Unidos e seus aliados usam a Ucrânia como bucha de canhão para conter a resistência do governo russo ao avanço do cerco militar e econômico. A resposta do governo russo ao cerco imperialista, porém, vale-se de métodos imperialistas de dominação, contrários, aos dos métodos proletários revolucionários. Exerce, portanto, a opressão sobre a nação ucraniana, ao usá-la como escudo, diante do imperialismo.
5. O uso, por parte da Rússia dos métodos e da política de opressão nacional, fortalecerá o nacionalismo burguês na região e a dominação imperialista. Mesmo que se chegue a um acordo de neutralidade da Ucrânia, o cerco militar continuará se fechando. O fundamental é que a Ucrânia não pode libertar-se da opressão nacional da Rússia, submetendo-se aos maiores opressores do mundo, que são os Estados Unidos e as potências europeias. E a Rússia não tem como se defender do cerco imperialista norte-americano do pós-guerra e do fim da URSS, submetendo as ex-repúblicas soviéticas.
6. A ofensiva do imperialismo, de um lado, e as respostas da Rússia, de outro, dividem a classe operária russa e ucraniana. O proletariado europeu, em geral, se encontra, por enquanto, praticamente imobilizado e à margem dos acontecimentos. A campanha diária dos governos europeus, condenando a Rússia pela destruição da Ucrânia, e ocultando serem os principais responsáveis, tem sensibilizado camadas da classe média, e confundido a classe operária, com o nacionalismo burguês e pequeno-burguês.
7. A paralisia do movimento operário internacional reflete uma profunda crise de direção. A imensa maioria das direções sindicais e políticas se encontra adaptada ao capitalismo, e sujeita à pressão do imperialismo. Somente a classe operária, organizada e unida contra a burguesia, pode combater a ofensiva da OTAN contra a Rússia, pôr fim à guerra, e garantir a real autodeterminação da Ucrânia e a sua unidade territorial. Nas condições de passividade dos explorados e da ausência da unidade em defesa de uma política proletária diante da guerra, o seu resultado servirá tão somente aos interesses capitalistas.
8. As contradições e as particularidades dessa guerra provocaram divergências incontornáveis no campo das correntes que se reivindicam do socialismo. Há aquelas que condenam a Rússia e aquelas que a defendem. As que condenam a Rússia acabam adaptando-se e sujeitando-se à campanha do imperialismo. As que defendem a Rússia admitem como medida defensiva o esmagamento do direito à autodeterminação da Ucrânia. Como se vê, expressam os dois polos da contradição. As respostas de qualquer um desses lados dividem a classe operária ucraniana e russa, bem como confundem a classe operária europeia e mundial.
9. Essa constatação exige que a vanguarda com consciência de classe se posicione e lute contra a guerra no seguinte sentido: denunciar e rechaçar o cerco da OTAN à Rússia, defender o fim da OTAN e das bases militares norte-americanas, reivindicar a revogação das medidas econômicas e financeiras de retaliação à Rússia e aliados, lutar pelo direito de autodeterminação da Ucrânia e por sua integridade territorial, e exigir que Putin retire suas tropas do solo ucraniano.
10. Esse conjunto de bandeiras corresponde às condições históricas, econômicas, sociais e militares ao atual e mais grave confronto entre os Estados Unidos e a Rússia, após a Segunda Guerra Mundial e ao desmoronamento da URSS. Certamente, o Congresso do Andes refletirá as mais distintas posições. Eis por que devem ser cuidadosamente discutidas, para que se aprove uma resolução que corresponda ao internacionalismo proletário e às necessidades das massas em luta contra o capitalismo por toda a parte.

II. Evitar que o burocratismo impeça a discussão ampla e democrática sobre a guerra

1. O prazo de contribuições ao 40º Congresso do Andes-SN se encerrou antes do início da guerra, ainda assim, alguns textos trouxeram posicionamentos gerais expressando as tendências que se apresentavam.
2. Nesses textos, as correntes não propuseram nenhuma resolução. A única proposta aparece no anexo do caderno de textos (TA n. 67). Consideramos necessário aprovar uma resolução que expresse claramente o internacionalismo proletário diante da guerra. Para o Congresso chegar a uma resolução, que coloque o movimento docente no campo da independência de clas-

se, a Corrente Proletária na Educação/POR defende que seja incorporada na programação do Congresso uma plenária sobre a resposta à guerra. Na plenária e nos GTs, defenderemos a aprovação de uma resolução, que possibilite ao ANDES-SN

contribuir para uma campanha mundial contra a guerra, baseada na diretriz internacionalista do proletariado, e em bandeiras claramente voltadas contra a ofensiva militar dos Estados Unidos e em defesa da autodeterminação da Ucrânia.

Balanco do Congresso do ANDES-SN

40º Congresso do Andes-SN marca o retorno dos encontros deliberativos presenciais, mas subordina as lutas ao eleitoralismo

O 40º Congresso do Andes-SN agregou mais de 642 participantes, dos quais 445 eram delegados. Ocorreu de 27 de março a 01 de abril, no momento em que a Guerra da Ucrânia ultrapassou um mês de duração.

A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) expressou, desde a plenária de abertura, a defesa de que os delegados debatêssem democraticamente, e aprovassem uma campanha sobre o tema. Propusemos que a noite de terça-feira, indicada como livre na programação, pudesse ser esse momento. A direção do Andes-SN (PCB/PSOL) se contrapôs, afirmando que o momento seria dedicado ao lançamento de livros (que não constava na programação). Nossa proposta foi derrotada.

Nos grupos de trabalho (GTs), a direção defendeu a supressão da única resolução que tratava do tema. O texto de conjuntura da direção apenas denuncia o cerco imperialista da OTAN, justifica a anexação da Crimeia pela Rússia, expressa, portanto, a posição estalinista. Porém, não veio acompanhado de nenhuma resolução.

A CPE entregou um manifesto na plenária de abertura, com o resumo de nossas resoluções e nossas proposições sobre a guerra. Panfletou os manifestos do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI), e deu destaque, na banca de materiais, à venda do Jornal Massas e dos boletins do CERQUI. Convidou os delegados para uma plenária sobre a guerra, onde expusemos as raízes históricas do conflito e as bandeiras capazes de unificar e colocar em movimento a classe operária mundial contra a guerra da Ucrânia: pelo desmantelamento da OTAN e suas bases militares na Europa, abaixo as sanções de Biden contra a Rússia e a economia mundial, pela retirada das tropas russas do território ucraniano, e garantia da autodeterminação e integridade territorial da Ucrânia.

Conjuntura Nacional

Apesar da grande diversidade de correntes políticas que militam no interior do sindicato, houve uma confluência entre todas, menos a CPE, de que a centralidade da luta no próximo período é o “Fora Bolsonaro”. Muitas falas defendiam a luta nas ruas e nas urnas, mas ficou claro que a via posta para remover Bolsonaro é a eleição de outubro. Diante disso, as disputas seriam para defender já a candidatura de Lula, como propuseram o Renova Andes (PT) e APS/PSOL, ou fazer uma indicação velada, abrindo espaço também para outras candidaturas de esquerda no primeiro turno. A CPE/POR mostrou que o “Fora Bolsonaro” é uma estratégia burguesa de trocar um governo burguês por outro, incapaz de resolver os problemas das massas. A independência política e organizativa dos explorados não se dá com autodeclarações. Por isso, propusemos que o Andes-SN defendesse, nos espaços em que atua, a construção de uma carta de reivindicações dos explorados, tendo como eixo a luta por empregos, salários e direitos,

exigindo das centrais sindicais a convocação de um verdadeiro Dia Nacional de Lutas, com greves, paralisações, marchas e bloqueios, voltados à construção de uma greve geral. Nenhum dos graves problemas que os explorados enfrentam será resolvido com as eleições burguesas.

Neste ponto, também fizemos a crítica à adesão das direções sindicais à política burguesa do isolamento social, fechando os sindicatos, deixando isoladas as lutas operárias e populares que se ergueram nesse período. Defendemos a recuperação do terreno perdido no campo organizativo, rompendo o imobilismo e a atomização.

Em relação à campanha salarial do funcionalismo público, defendemos a reposição integral das perdas, diferente da proposta da direção do Andes-SN e Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais (FONASEFE), de reposição parcial de 19,99%. Combatemos também os métodos virtuais e os atos por delegação, defendendo a construção da greve com as assembleias e comitês presenciais.

Por um programa proletário para a Educação

No plano de lutas setoriais e no tema de política educacional, diante da crescente privatização da Educação, avanço do EaD, maior elitização e exclusão da juventude pobre, intervenções de Bolsonaro nas reitorias, e cortes orçamentários, defendemos bandeiras que ligam as lutas imediatas com a necessidade de enfrentar a ofensiva do imperialismo contra a Educação. Defendemos as bandeiras: expropriação da rede privada e um sistema único de ensino, público, gratuito, científico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham; governo tripartite, com soberania da assembleia geral universitária; acesso irrestrito; defesa de emprego e educação para toda a juventude, com jornada compatível. Combatemos qualquer modalidade de ensino a distância ou “híbrido”, o que exige a retomada das aulas presenciais. Apesar de haver declarações contra a prorrogação do remoto, o Congresso aprovou resoluções sobre o direito à imagem autoral, e remuneração extra por teletrabalho, o que indica já a adaptação a essas modalidades.

As resoluções foram aprovadas em alguns GTs, apesar da orientação da direção em todos os grupos, pela supressão de nossas propostas, com os mais diversos argumentos: “já defendemos isso”; “essas bandeiras só podem ser defendidas em uma situação revolucionária”; “isso é bandeira de partido e não de sindicato”. No plenário repetiram-se essas ladainhas, que ocultam que as outras propostas também se ligam a partidos, porém, se detêm nos limites das reformas no capitalismo.

Defendemos também a necessidade de convocar as assembleias e comitês presenciais, de estudantes, professores e técnicos, para organizar a luta por condições de trabalho e estudo. Tal defesa se mostra ainda mais necessária, no momento em que a direção reforça os métodos jurídicos, parlamentares e até mesmo virtuais,

compatibilizados com atos por delegação. A campanha midiática “defender a educação pública é nossa escolha para o Brasil” criou uma plataforma online com os contatos de parlamentares. Diz que defender a educação é simples, basta entrar na internet e pressionar o parlamentar. E, como complemento, a recomendação da escolha de candidatos, nas eleições, comprometidos com essa causa.

Plano Geral de lutas

A filiação do Andes-SN à CSP-Conlutas segue por um fio. No Congresso de 2020, PT, PCB e setores do PSOL defenderam a desfiliação imediata, mas foi aprovada a realização de um Conselho de Associações Docentes (CONAD), para debater o tema e submeter a deliberação ao Congresso posterior. Tal CONAD ainda não foi realizado, por conta da pandemia. A alternativa oferecida pelo PCB e PSOL, de aposta em um fórum sindical, popular e de juventudes de luta pelos direitos e liberdades democráticas, no último biênio, não decolou. O SINASEFE, que foi arrastado para essa aventura, está solto no ar. Combatemos essa disputa burocrática, e defendemos que o ANDES se posicione nos espaços em que atua, inclusive na CSP-Conlutas, por um Congresso de unificação e criação de uma única central classista e democrática.

Por uma resposta classista às opressões

A CPE/POR evidenciou, em suas contribuições, como as respostas burguesas às crises ampliam as manifestações da opressão social sobre mulheres, negros, homossexuais, transexuais e indígenas. Propusemos resoluções que definem a raiz de classe de todas as opressões, e que elas não serão resolvidas nos marcos do capitalismo. Tais caracterizações se chocam com as cartilhas e campanhas do sindicato que, cada vez mais, incorporam a ideia de que as opressões de raça, classe, gênero são paralelas. Classe acaba indicando apenas a dimensão econômica. Os atuais posicionamentos do sindicato apontam como causa das discriminações elementos culturais. Adotam medidas que indicam, como caminho para eliminar as opressões, normas de conduta, práticas intersubjetivas que, por um lado, empoderem os oprimidos, e “desconstruam” o machismo, racismo e LGBTQIA+fobia, no outro polo. A via para isso são as medidas de punição e de educação. Apontamos outro caminho: destacar as raízes de classe, e ligar a luta contra as discriminações com a luta para derrubar as contrarreformas, por garantia de incorporação de todos à produção social, por salário igual para trabalho igual, com a luta pelo fim os crimes da burguesia, seu Estado e polícia contra a juventude negra, indígenas, camponeses, dentre outros.

Para além do debate das resoluções, notou-se uma instrumentalização política do debate sobre as opressões, em que, por exemplo, levantar questões de ordem a uma mesa conduzida por uma mulher seria uma prática machista. Por essa via, procura-se blindar, inclusive, tentativas da mesa de cercear o debate político

Aumenta a burocratização do sindicato

A CPE/POR, já na discussão do regimento, se opôs ao filtro colocado às propostas, que, para irem a plenário, precisavam obter 30% dos votos dos delegados nos GTs. Para piorar, nos GTs, que sempre começam com as propostas da diretoria, a direção apresenta emendas aos seus próprios textos, muitas vezes com meros ajustes de redação. O Congresso do Andes-SN é extenso, ocupando cinco dias e, em alguns deles, os três turnos. No último dia, as

atividades começam às 9h e concluem até às 23h59. Esse fato acaba sendo usado como justificativa para restringir a democracia interna. Na primeira plenária deliberativa, por exemplo, a mesa não garantiu o direito de discussão de nossas propostas, que haviam passado pelo filtro dos grupos. Passaram o trator, assim como em uma proposta do Renova Andes, inventando que, quando há uma proposta de supressão integral, somente se apresentam os encaminhamentos e se vota, sem discussão.

Só depois de denunciar muito a violação do regimento, conseguimos restaurar o entendimento correto. Mas, foi necessária vigilância a cada momento, pois, outras mesas tentaram novamente eliminar propostas sem discussão. O prolongamento do Congresso não se deve a um excesso de democracia, mas sim ao excesso de discussões de aprimoramento de redação. Além dos longos atrasos no início das atividades. Quanto mais politizado um Congresso, maior é o tempo dedicado às questões políticas, de conteúdo.

A categoria de professores universitários não é um terreno favorável para as ideias revolucionárias. A composição pequeno-burguesa joga a favor do reforço das ilusões democráticas, das tentativas de amenizar as opressões e desigualdades sociais pela via do parlamento e do judiciário. Apesar disso, temos conseguido agrupar docentes, em universidades em várias regiões do Brasil, em torno de uma política proletária.

O Renova Andes/PT fez uma proposta de reforço da burocratização, instituindo a “tese-guia”, mesclou ainda com a inclusão despolitizada de uma festa no meio do congresso, seguida de uma manhã livre. A proposta foi derrotada. Um dos temas com mais inscrições foi o da data de eleição da direção. A direção propôs a prorrogação de seu mandato e realização do pleito em 2023, o principal motivo era não coincidir com as eleições. O Coletivo Rosa Luxemburgo denunciou a violação do estatuto, e defendeu a manutenção em 2022. O tema expressou as disputas interburocráticas, e o quanto as lutas sindicais têm sido subordinadas ao eleitoralismo.

Construir uma fração revolucionária no movimento docente

A categoria de professores universitários não é um terreno favorável para as ideias revolucionárias. A composição pequeno-burguesa joga a favor do reforço das ilusões democráticas, das tentativas de amenizar as opressões e desigualdades sociais pela via do parlamento e do judiciário. Apesar disso, temos conseguido agrupar docentes, em universidades em várias regiões do Brasil, em torno de uma política proletária.

As correntes que disputam o aparelho se adaptam e reforçam as ilusões da pequena-burguesia. Combatem com veemência as ideias revolucionárias, as ridicularizam como utópicas e anacrônicas.

Reafirmamos que não há possibilidades de reformar o capitalismo, isso sim é uma utopia reacionária. Seguimos na luta contra o eleitoralismo, pela independência de classe. Pela ligação das lutas imediatas por empregos, salários, direitos, contra as privatizações e a tarefa de sepultarmos o capitalismo em decomposição.

Nesta edição:

- **CERQUI:** *Declaração* - Um mês de guerra / Seminário sobre a Ucrânia, de 12 de março de 2022 /
- **Ucrânia:** *Carta do POR* - À juventude / *Palestra na Unicid* - Por que a juventude tem de lutar contra a guerra na Ucrânia? / Entrevista do POR na Rádio Antena 8, Litoral Norte-SP /
- **Bolívia:** São as grandes empresas capitalistas estrangeiras, as que mais lucram com a guerra na Ucrânia.
- **Argentina:** Não é a guerra na Ucrânia a responsável; os responsáveis pelo aumento do preço do pão são a oligarquia e os exportadores.
- Conceção leninista sobre a guerra.
- **Lênin:** O Programa Militar da Revolução Proletária.
- **Chile:** O governo de Gabriel Boric é capitalista, defensor da grande propriedade dos meios de produção.



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Campanha Internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

**Declaração do CERQUI****Ucrânia****Comitê de Enlace pela Reconstrução
da IV Internacional****26 de março de 2022**

Um mês de guerra

Os Estados Unidos e aliados europeus são os maiores responsáveis pela barbárie. É preciso que a classe operária e os demais explorados se levantem pelo fim da OTAN e das bases militares norte-americanas! Faz parte dessa luta anti-imperialista, a defesa da autodeterminação da Ucrânia

Desde os primeiros sinais da possibilidade da Rússia invadir militarmente a Ucrânia, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e suas seções denunciaram que os Estados Unidos estavam promovendo a guerra. Ao ordenarem a Zelenski que não aceitasse um acordo de neutralidade, o imperialismo norte-americano decidiu por tornar o povo ucraniano em bucha-de-canhão. Esse ponto de partida da guerra tem sido ocultado pela imprensa controlada desde a Casa Branca.

Completado um mês da incursão militar russa, a Ucrânia se encontra em ruínas, milhares morreram e milhões se refugiaram. O governo de Zelenski e o imperialismo propagandeiam que a Rússia pode ser derrotada pela resistência heroica da população. O que justificaria o envio de armas e mercenários contratados em vários países.

A última peça da campanha norte-americana é a de que as tropas russas poderiam usar armas químicas e nucleares. Sabemos perfeitamente que em uma guerra tudo pode acontecer, a depender das forças em combate e do momento em que se encontra o desenvolvimento do confronto. Mas nada indica que o governo de Putin chegou ao ponto do desespero de recorrer às armas químicas e nucleares. É bom lembrar que os Estados Unidos inventaram o motivo das armas químicas para invadir o Iraque, em 2003, passando por cima do Conselho de Segurança da ONU, arrasando o país, destituindo o governo, montando um julgamento de crime de guerra, e decretando a pena de morte de Saddam Hussein.

O imperialismo norte-americano há muito se tornou um perigo para a humanidade. O sinal mais evidente e definitivo foi dado no momento que o governo Harry Truman usou o Japão, no final da Segunda Guerra Mundial, para fazer o teste da bomba atômica. Os Estados Unidos não somente se armaram com capacidade de eliminar países inteiros, como se tornaram o mais voraz vendedor de armas. A indústria bélica norte-americana se encontra amplamente entrelaçada à economia interna e externa, bem como ao Estado.

As guerras – foram muitas depois da segunda conflagração mundial – são de interesses umbilicais dos monopólios da indústria bélica e dos monopólios conexos, como os da energia etc. A OTAN se constituiu em um de seus principais braços militares na Europa, ao lado de países de outros continentes, que lhes servem de base militar. Os Estados Unidos promoveram uma gigantesca militarização do mundo, após a Segunda Guerra Mundial. Essa era e é a condição para a maior potência garantir a partilha do mundo, estabelecida em Ialta, sob a sua égide. O que implicava voltar todas as forças da burguesia mundial contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O fato da URSS, na partilha do mundo, contar com a Alemanha Oriental e com o Leste Europeu se tornou um grande obstáculo à dominação imperialista.

A necessidade crescente de mercado se constituiu em uma força propulsora do militarismo imperialista, principalmente com o esgotamento do período de reconstrução do pós-guerra. Não

era possível a convivência pacífica entre os Estados Unidos e seus aliados com a URSS, que passou a incluir as repúblicas populares do Leste Europeu. O mesmo ocorria com a Iugoslávia, nos Balcãs e a China revolucionária, no Oriente.

As fronteiras nacionais, que protegiam a propriedade social e o processo de transição do capitalismo ao socialismo, teriam de ser derrubadas, e restauradas as relações capitalistas de produção. O que se faria, ou pela guerra, pela ação da própria burocracia governante, ou pelos levantes populares internos, que poderiam derivar em guerra civil. Caminhos que poderiam ser combinados.

O Leste Europeu caiu como castelo de cartas, depois de fracasadas as intervenções militares do Kremlin na Polônia, Hungria e Checoslováquia. A Iugoslávia foi destruída por uma guerra civil e pelos bombardeios da OTAN na Sérvia. A URSS se desmoronou, mergulhada em uma profunda crise econômica e política, dando lugar a mais longa e sangrenta guerra civil na república separatista da Chechênia.

Os Estados Unidos e as potências europeias puderam, assim, passar por cima das fronteiras do Leste Europeu, demarcadas na Segunda Guerra, restabelecer o regime da propriedade privada dos meios de produção, impor governos serviais e instalar a OTAN. A Iugoslávia teve um fim mais trágico, uma vez que se despedaçou em várias repúblicas burguesas, perdeu a unidade econômica e elevou às alturas o ódio nacional. A Alemanha capitalista se reconstituiu, se reergueu como principal potência europeia, e está pronta para se rearmar.

A dissolução da URSS deu lugar a novas fronteiras nacionais, com a diáspora das ex-repúblicas soviéticas. A fragmentação da URSS resultou em uma grande regressão econômica. A Rússia e as repúblicas que compuseram a nova federação saíram enfraquecidas, sem poderem conviver em harmonia econômica, e pressionadas pelas crises internas. Veio à tona o problema da opressão nacional, típica do capitalismo imperialista. As relações de opressão, que estavam mais ou menos ocultas sob a URSS burocratizada e restauracionista, ficaram completamente expostas.

É nesse marco que explodem dois grandes conflitos: o da Geórgia e o da Ucrânia. Ambas ex-repúblicas soviéticas se colocaram na mesma trajetória das ex-repúblicas do Báltico, de se sujeitarem à União Europeia e à OTAN. Caso chegassem a esse ponto, o cerco econômico e militar do imperialismo à Rússia praticamente se fecharia.

A oligarquia burguesa e o governo Putin não tiveram como convencer as oligarquias burguesas e os governos da Ucrânia e da Geórgia a renunciarem a esse objetivo. Sob o impacto do colapso da URSS, irromperam os movimentos separatistas da Ossétia do Sul e Abecácia, entre 1991 e 1993, assim, desencadeou-se a guerra, em 2008, entre a Geórgia e Rússia. Em cinco dias, a Geórgia estava vencida, e a França mediava o acordo de paz.

A eclosão da crise na Ucrânia em 2014, como se vê, não foi um caso isolado. A derrubada do governo pró-Rússia e a instalação de um títere da União Europeia e dos Estados Unidos projetaram em toda a região os conflitos fronteiriços, indicando a influência do imperialismo. As forças econômicas das potências passaram da recuperação das fronteiras nacionais do Leste Europeu para a incorporação das ex-repúblicas soviéticas. Tratava-se, portanto, da expansão do capital internacional por cima das fronteiras da ex-URSS.

É completamente falsa a acusação de Biden e seus asseclas eu-

ropeus de que a invasão militar da Rússia na Ucrânia expressa desígnios expansionistas. O correto é que a Rússia, enfraquecida economicamente, necessita conservar sob a sua tutela as ex-repúblicas soviéticas, sem as quais perderá a independência conquistada pela revolução de Outubro de 1917 e cairá de joelhos diante dos Estados Unidos. Mas, para manter tal poder, tem de exercer a opressão nacional. A Ucrânia é estratégica à Rússia, tanto para conter o avanço dos adversários na guerra econômica, quanto para manter a capacidade de influenciar o ordenamento internacional, regido pelo imperialismo norte-americano.

A guerra completou um mês sem perspectiva de um acordo de paz. As mais importantes cidades da Ucrânia continuam sendo bombardeadas e espalham-se as ruínas. Não se sabe precisamente o quanto a resistência ucraniana atingiu as tropas russas, mas se sabe que o fornecimento de armas pela OTAN a Zelenski, o apoio da população ao governo e a arregimentação de batalhões de mercenários têm dificultado a rendição da Ucrânia.

Os acontecimentos mostram que há uma interdependência entre a autodefesa da Rússia diante do cerco das potências e a opressão nacional, exercida sobre as ex-repúblicas soviéticas. A guerra na Ucrânia sintetiza essa contradição. E não há como explicá-la em toda a sua dimensão, sem se recorrer às consequências econômico-sociais e ao significado histórico do processo restauracionista, impulsionado pelas forças contrarrevolucionárias, desde que Stalin e sua camarilha se apossaram da direção do partido bolchevique, do comando do Estado Operário e da direção da III Internacional. Instaurou-se uma crise de direção revolucionária mundial sem precedentes, cujos brutais reflexos se manifestam na guerra da Ucrânia.

O predomínio do nacionalismo burguês e pequeno-burguês entre as massas oprimidas nas ex-repúblicas soviéticas e ex-repúblicas populares do Leste Europeu explica por que se mantêm nas trevas e não reagem contra a aliança imperialista, chefiada pelos Estados Unidos. E não são capazes de reconstituir sua unidade revolucionária internacionalista contra a opressão nacional exercida pela Rússia restauracionista, pela oligarquia que se apoderou da propriedade nacionalizada e pelo governo antioperário de Putin.

A guerra completou um mês sem perspectiva de um acordo de paz. As mais importantes cidades da Ucrânia continuam sendo bombardeadas e espalham-se as ruínas. Não se sabe precisamente o quanto a resistência ucraniana atingiu as tropas russas, mas se sabe que o fornecimento de armas pela OTAN a Zelenski, o apoio da população ao governo e a arregimentação de batalhões de mercenários têm dificultado a rendição da Ucrânia.

Os Estados Unidos se encontram em uma posição relativamente confortável. Assiste ao povo ucraniano servir de bucha-de-canhão, à onda migratória favorecer à hipocrisia do humanitarismo, à Rússia se bater com as sanções econômicas e a crescer a campanha junto à classe média em favor da condenação de Putin. Ao imperialismo, interessa que a Rússia debilite a Ucrânia, e depois a entregue para o capital financeiro reconstruí-la. Essa é uma variante possível, tomada do ponto de vista estratégico. Interes-

sa-lhe potencializar o ódio nacional aos russos, já discriminados pela oligarquia ucraniana e pela política chauvinista de Zelenski.

Ao completar um mês da guerra, Biden se reuniu com o Conselho Europeu, o Grupo dos 7 (G7) e OTAN. Há uma apreensão das potências europeias sobre maiores estragos econômicos, caso a guerra se prolongue e as sanções, exigidas pelos Estados Unidos, aumentem. A elevação para mais de 3,5 milhões o número de refugiados começa a pesar nas contas e nas condições sociais da Polônia. E o pedido desesperado de Zelenski, para que Biden determine à OTAN impor uma zona de exclusão aérea e enviar aviões de guerra às Forças Armadas ucranianas, precisava de uma resposta, ainda que não passasse de uma manobra.

As potências europeias fixaram a posição de evitar um confronto direto com a Rússia, que poderia derivar em uma guerra de maiores proporções. Biden anunciou uma ajuda de U\$ 1 bilhão ao governo da Polônia. O mais importante, porém, foi o compromisso de aumentar a “assistência militar” a Zelenski, reforçar a OTAN e enviar mais soldados para a Hungria, Eslováquia e Romênia. Tudo indica que as sanções econômicas chegaram ao limite suportável à Europa Ocidental; e a interferência direta da OTAN na guerra continua dividindo as forças do imperialismo.

Nessas condições, não se sabe quanto tempo mais a Ucrânia resistirá. Para a classe operária ucraniana e russa e os demais explorados, quanto mais durarem os bombardeios, mais sofrimento desnecessário, uma vez que não se trata de uma guerra de libertação. O povo ucraniano está sendo sacrificado por uma causa que pertence apenas à oligarquia burguesa e ao imperialismo. A classe operária russa assiste à destruição de cidades inteiras na Ucrânia, mas paga caro pelos gastos de guerra e pelas sanções econômicas.

Seminário do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) sobre a Ucrânia, de 12 de março de 2022

No jornal Massas anterior, publicamos a transcrição da exposição de Atílio de Castro, pela seção brasileira. Agora, publicamos a de Ramon Basco, pela seção argentina

Boa tarde, companheiras e companheiros,

Uma primeira questão que quero fazer referência é que, nos documentos do CERQUI, nos últimos Congressos, vimos a magnitude da crise capitalista, e como o estouro que ocorreu em 2008 não havia sido encerrado, e que a esse estouro da crise capitalista se agregou a Pandemia dos últimos dois anos, potenciando a crise anterior.

Neste quadro de profunda crise capitalista, de sua desintegração, vínhamos assinalando que se potencializaria a guerra comercial, como ocorreu no governo Trump. Trump rompeu todos os acordos anteriores e decidiu por uma política unilateral de recuperar a hegemonia dos EUA, e impor a sua política ao restante das potências imperialistas. Dizíamos que essas tendências, o agravamento da guerra comercial, iam desembocar e potencializar as tendências bélicas. Estas tendências bélicas se expressaram nas intervenções da OTAN na Ásia, na África, e deram um salto adiante, com esta intervenção sobre a Europa.

A raiz da crise capitalista está na incapacidade do capitalismo resolver a sua crise estrutural. É importante esclarecer esta questão porque numerosos especialistas dos EUA recomendavam não provocar a Rússia, que era um excesso avançar com o cerco mi-

Os explorados da Europa e dos demais continentes arcam com o aumento dos preços, do pesado custo de vida, da queda econômica, do fechamento de fábricas e do crescimento do desemprego.

A burguesia foi incapaz de defender as massas da pandemia, que deixou um rastro de 6,5 milhões de mortos, e milhões que foram empurrados à pobreza, miséria e fome. Agora, com a guerra na Ucrânia, os Estados Unidos e seus servís aliados impõem ao mundo medidas econômico-financeiras que recaem em toda a parte, mas principalmente sobre os países semicoloniais. São motivos de sobra para que o proletariado mundial se levante contra a insana guerra de dominação. Somente não se unem os explorados da Rússia aos da Ucrânia, os da Ucrânia aos de toda a Europa e os da Europa aos de todo o mundo, devido à crise de direção revolucionária. Mas, a sua vanguarda, ainda que embrionária, tem em suas mãos a orientação internacionalista do marxismo-leninismo-trotskismo.

Mantêm-se vigentes as bandeiras erguidas pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional: Desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos; Fim das sanções econômicas; Retirada das tropas russas, Integralidade territorial e Autodeterminação da Ucrânia. De conjunto, essas bandeiras e tarefas revolucionárias correspondem ao programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa e do Mundo. Esse é o caminho para unir o proletariado e preparar as condições para as inevitáveis guerras de emancipação que virão.

O capitalismo há muito só tem a oferecer privações à maioria oprimida e guerras. A destruição da URSS interrompeu o processo de transição do capitalismo ao socialismo, mas não eliminou as suas bases objetivas e a necessidade de ser reconstituído pelas revoluções proletárias.

litar, que era uma provocação e que isso ia levar a uma guerra. Sabiam perfeitamente disso, mas não puderam impedir.

A Alemanha e França alertavam que, depois da dissolução do Pacto de Varsóvia e dos compromissos assumidos após a anexação da Alemanha Oriental, a ideia de que esse era o limite, e, portanto, a OTAN não iria se expandir mais para o Leste. A ruptura de todos estes acordos colocaria em perigo a estabilidade da Europa. Nem as recomendações dos especialistas dos EUA, nem a intervenção da Alemanha e França, tentando pôr um freio na orientação dos EUA, puderam frear a prepotência norte-americana, de querer impor um certo à Rússia.

Então, um aspecto que para nós tem uma enorme importância, é este agravamento da guerra comercial, que potencia as tendências bélicas, e que está na base desta guerra, que mudou notavelmente o cenário mundial.

Ao mesmo tempo que dizíamos que se agravou a guerra comercial e as tendências bélicas, dizíamos também que é terrível, que é dramática, a ausência de direção proletária. Esse é o problema dos problemas, a classe operária não conta com a sua direção internacional. A dissolução da III Internacional, a liquidação da Oposição de Esquerda e a incapacidade da IV Internacional em se converter em direção revolucionária provada, é um drama. Hoje, a classe operária sofre, os oprimidos de todo o mundo sofrem, com a ausência de uma direção internacional. Eis por que esse é o problema dos problemas, por isso é tão difícil intervir com uma política

independente, uma política própria, proletária, nesta crise. E, por isto, é tão importante essa discussão que estamos fazendo.

Está claro que há uma ofensiva do imperialismo para cercar a Rússia, pressioná-la, para apoderar-se de seus recursos, de suas empresas estatais e que, em torno a essa ação, formou-se uma frente única internacional extraordinária: praticamente todos os governos do mundo, todos os meios de comunicação fazem uma campanha para condenar a Rússia, e colocá-la como agressora, a que invade, a que está rompendo a paz no mundo. Nesse ponto, temos de ir contra a corrente, e explicar que o responsável pelas guerras, que o responsável pelos massacres em todo o mundo, é o imperialismo, em primeiro lugar o imperialismo norte-americano, e o seu braço armado, a OTAN.

Isso tem importância, por um lado, porque em nossos países, em que sentimos a pressão e asfixia do imperialismo norte-americano, há setores que veem com simpatia o enfrentamento da Rússia, e não compreendem o papel que joga Putin, que joga a oligarquia russa na guerra. Porém, também vemos um setor muito importante da classe média, sendo atraído pelas campanhas do imperialismo – a campanha de despolitização e demonização da Rússia, voltada a impactar fortemente a classe média. Por isso, é fundamental explicar e explicar, trabalhar com as ideias, explicar qual é a raiz destes fenômenos, e em que consiste a política revolucionária do proletariado, ou seja, como devemos intervir nesta crise.

Também dizíamos, nos documentos do CERQUI, que a oxigenação que teve o capitalismo, com a abertura na China, com a aceleração do processo de restauração na China, permitindo o ingresso massivo de multinacionais, havia oxigenado o capitalismo, como também o oxigenou a crescente onda restauracionista no Leste da Europa, à qual se somaram Vietnã, Cuba, etc. Esse oxigênio, que veio com a aceleração do processo de restauração, está esgotado. Necessitam mais. Necessitam ir mais a fundo, necessitam destruir a propriedade estatal, necessitam avançar sobre a propriedade estatal, principalmente na China e na Rússia. E na China, especialmente, porque se tornou em uma potência mundial, que disputa a hegemonia com os EUA.

É preciso explicar em que consiste a política proletária: a primeira questão, a questão central, que temos de marcar, é o chamado aos operários, aos oprimidos da Europa, para que se levantem contra a OTAN e contra os EUA. Fora os EUA da Europa! Desmantelamento da OTAN!, porque é o principal perigo de guerra.

Dizíamos que este processo de oxigenação, que teve o capitalismo desde os anos 1970, está esgotado, e necessita ir mais a fundo no processo de restauração capitalista, e, para isso, contam com a oligarquia russa. A partir do ano de 1991, o processo de restauração deu um salto enorme, a partir da desintegração da URSS, que resultou em um salto histórico, na concretização do objetivo central do imperialismo, que era o de dismantelar, destruir a URSS, que era uma conquista extraordinária da classe operária internacional. A liquidação da URSS foi uma conquista do imperialismo, e sobre a base desta conquista, os EUA puderam montar toda esta ofensiva econômica e militar no Leste da Europa.

É preciso explicar em que consiste a política proletária: a primeira questão, a questão central, que temos de marcar, é o chamado aos operários, aos oprimidos da Europa, para que se levantem contra a OTAN e contra os EUA. Fora os EUA da Europa! Desmantelamento da OTAN!, porque é o principal perigo de guerra.

Então, cabe a pergunta: como foi possível que, após duas ou três décadas, esse mapa, que víamos quase que completamente vermelho na Europa, fosse transformado completamente? Ou seja, que praticamente um terço da superfície da Europa e metade da sua população deixou de estar com a bandeira vermelha no mapa, e passou para o terreno do capitalismo. Isso tem a ver com o processo criminoso da burocracia estalinista, que, já na década de 1920, começou a reverter as grandes conquistas da Revolução Russa. A Revolução Russa tornou realidade o direito à autodeterminação dos povos oprimidos. Esta questão que se arrastava desde a época do czarismo, esta ideia da Grande Rússia, que oprimia dezenas e dezenas de nações e de povos. O bolchevismo tinha claro que deveria acabar com este regime de opressão, e que todas as

nações poderiam aderir voluntariamente. Uma vez que aderira voluntariamente a uma Federação de Nações, tinham o direito de abandoná-la, de romper e de separar-se. Em poucos anos, depois da Revolução de 1917, se tornou realidade e se formou a URSS, e junto com a URSS um mercado econômico, que se estendeu depois a todas as repúblicas do Leste Europeu.

A contrarrevolução estalinista começou ainda quando Lênin vivia, realizando uma virada brusca. Lênin alertou sobre o perigo da política criminosa que Stalin aplicava na Geórgia e outras nações oprimidas. Este problema esteve presente quase desde o princípio, mas se potencializou nos anos seguintes. O estalinismo retomou o caminho da opressão criminosa do czarismo, e aplicou um regime de opressão econômica e política insuportável.

É sobre essa base que cresceram as tendências nacionalistas que já existiam, potenciaram-se as tendências nacionalistas, direitistas, restauracionistas, nas ex-repúblicas soviéticas e nas ex-repúblicas populares do Leste Europeu, para enfrentar e repudiar a política burocrática do estalinismo. O que faz Putin agora tem suas raízes na política criminosa do estalinismo. Por isso, foi tão fácil ao imperialismo dismantelar essas “repúblicas populares”, avançar sobre as ex-repúblicas soviéticas, apoiando-se nestas camarilhas de direita, reacionárias, nacionalistas, chauvinistas, para enfrentar a Rússia. Nós temos de ter clara essa questão.

Por que é tão importante? Porque Putin expressa essa política de opressão brutal e criminosa sobre as nações, que não pode ser justificada, por mais que nesta guerra a Rússia seja a agredida. Esta não é uma questão que começou em dezembro, quando a Rússia moveu milhares de soldados para a fronteira da Ucrânia. Isso começou muitos anos antes, quando foi montado o cerco, e a Rússia foi advertindo que o cerco da OTAN estava comprometendo a sua segurança. Todos estavam conscientes dessa situação, do perigo que significava avançar sobre a Ucrânia e sobre a Geórgia. Isso tem de ter estar bem presente.

Putin não está representando a classe operária e os oprimidos da Rússia. Por mais que muitos simpatizem com o nacionalismo russo, Putin está expressando os interesses de uma oligarquia, que detém o governo hoje, na Rússia, e quer preservar o seu domínio sobre essas riquezas, sobre esses territórios e sobre as nações que continua subjugando. Por isso, dizemos, ainda que em nossos países possa haver alguma simpatia neste enfrentamento com a

OTAN, este enfrentamento com os EUA, dizemos que não é possível nenhuma luta anti-imperialista, que se apoie na opressão das nações, isso é um crime. Por isso, junto às bandeiras “Fora OTAN, Fora os EUA da Europa, pelo desmantelamento da OTAN”, lutamos pela Retirada das tropas da Rússia da Ucrânia e pelo Direito à Autodeterminação da Ucrânia. A Ucrânia não pode se autodeterminar, sob a bota russa, nem sob a bota da OTAN. Isso temos de ter presente. A Ucrânia não era um país independente. A Ucrânia passou, de uma nacionalidade oprimida pela Rússia, a oprimida, pelos EUA e as potências da Europa, e dos governos títeres, que serviram a esses objetivos e aceleraram a restauração capitalista e impulsionaram o rearmamento de todos estes países. Não há como apoiar, nem minimamente, a atitude de Putin. Como apoiar a invasão da Ucrânia? O que corresponde é defender Não à Guerra! Fora a Rússia da Ucrânia! Está colocada a tarefa de retomar as bandeiras bolcheviques, reconstituir a democracia proletária, reconstituir os soviets, reconstituir o partido bolchevique e a estratégia da ditadura do proletariado. Não há possibilidade de con-

Como se conquista a autodeterminação hoje na Ucrânia? Não é possível, nem sob as botas da OTAN, nem sob as botas da Rússia. É o povo da Ucrânia que tem de defender a unidade de sua nação e sua autodeterminação, reconstruindo seus organismos de poder. Mas, não é suficiente que apenas a Ucrânia o faça, esta é a política que deve ser realizada pelo proletariado, pelos oprimidos em toda a Europa. Isoladamente, não se pode conquistar a autodeterminação do povo ucraniano.

quistar a paz e deter as tendências bélicas, a não ser enfrentando o imperialismo e derrotando o imperialismo. Isso somente pode ser levado adiante pelos oprimidos, sob a direção da classe operária.

Voltemos ao princípio. A realidade é que a classe operária hoje não conta com a sua direção, a classe operária está desorganizada, suas direções políticas e sindicais estão metidas em qualquer política, detrás dos movimentos nacionalistas. Como é possível? Esta é a tarefa. Não podemos evitar esta tarefa. Se não há resposta da classe operária, se não se reconstrói seu partido, se não se reconstrói os soviets, não há como enfrentar a guerra e deter a barbárie capitalista. Este é o problema central para nós.

Em que momento de sua história a Ucrânia foi um país livre, que se autodeterminou? Um país que foi marcado por todo o tipo de opressão, que foi integrado e desintegrado várias vezes. Que foi moeda de troca entre as potências e a Rússia. Antes da Revolução, e depois da Revolução. A Ucrânia teve um breve período, nos primeiros anos da década de 1920, em que realmente conquistou a autodeterminação e se incorporou à URSS. É essa autodeterminação que critica Putin, como se “esse foi o erro de Lênin e dos bolcheviques”, ter concedido que pudessem ser uma república independente. Exatamente, esta é uma das maiores vitórias da grande Revolução, que pôs em marcha a autodeterminação dos povos e constituiu a Federação, que foi a URSS, uma enorme conquista para a humanidade. Este é o problema: Como se conquista a autodeterminação hoje na Ucrânia? Não é possível, nem sob as botas da OTAN, nem sob as botas da Rússia. É o povo da Ucrânia que

tem de defender a unidade de sua nação e sua autodeterminação, reconstruindo seus organismos de poder. Mas, não é suficiente que apenas a Ucrânia o faça, esta é a política que deve ser realizada pelo proletariado, pelos oprimidos em toda a Europa. Isoladamente, não se pode conquistar a autodeterminação do povo ucraniano.

Estas são as ideias que marcam os Congressos do CERQUI, como constam em nossas publicações. Justamente neste momento, o CERQUI está elaborando um Boletim, com todas as declarações e posições que foram divulgadas e defendidas em distintos momentos desta guerra, expressando o esforço de ajudar a vanguarda e os explorados a compreenderem o sentido da guerra, a ajudar a tornar consciente este processo, cujas raízes são profundas, e que é preciso evidenciar seu caráter de classe, para dar uma resposta proletária.

Respostas às perguntas:

- 1) Nós reivindicamos o direito à autodeterminação da Ucrânia e, neste sentido, exigimos a retirada das tropas russas, e que se encerre a guerra. Isto só pode ser imposto pela classe operária, pelos oprimidos. A Ucrânia não era independente, não se autodeterminava. Somente se valeu da autodeterminação no breve período na década de 1920. Depois, esteve controlada por distintos regimes, inclusive a Ucrânia ocidental colaborou com os nazistas. Um dos heróis nacionais, Stepan Bandera, organizou uma milícia nazista para invadir a Rússia, por isso é homenageado em um dia do ano. Temos de entender o fenômeno da Ucrânia, estudá-lo, porque ao não ter um partido na Ucrânia ou na Rússia, fica mais difícil analisar a situação com uma maior precisão.

Quando desencadeia uma guerra com estas características, alguém pode dizer: já houve uma guerra na Síria, no Afeganistão, no Iraque, no Norte da África, mas essa guerra na Europa, com a participação da Rússia, muda o cenário mundial. Isto tem enormes implicações políticas e militares. Não podemos dizer antecipadamente até onde vai chegar. O presidente da Ucrânia atua como um fantoche, não tem nenhuma capacidade de decidir nada. O imperialismo o fez crer que tinha todo respaldo militar e de tropas, mas o deixaram só, enviam-lhe armas, mas sem capacidade para conter a invasão russa. Não sabemos como pode terminar. Estamos em uma situação extremamente difícil que temos de seguir dia a dia.

Não podemos descartar que se agrave, porque, na medida que a Rússia não encontra uma saída, que não lhe deem o compromisso de que a Ucrânia não vai se incorporar à OTAN, vai ser difícil que possa terminar o conflito. Uma vez que se desencadeia uma guerra com essas características, é muito difícil prever como vai terminar. Já está gerando consequências econômicas importantes. A Alemanha, não somente aumentou o orçamento militar, como envia armamento para a Ucrânia. A Volkswagen se retirou da Rússia, uma movimentação importante, porque a Volkswagen também tem interesses nos EUA, e como este é um mercado e negócio mais importante, diante da pressão não quer ficar na Rússia. Putin, por sua vez, ameaça expropriar as multinacionais que se retirem. Estamos vivendo uma escalada em que não podemos prever todas as consequências, devido à interrelação dos negócios do capitalismo nos EUA, Europa e Rússia.

- 2) Para responder à pergunta sobre a política dos centristas. Muitas organizações que, naquele momento, se reivindicavam do trotskismo diziam que, com a queda do Muro de Berlim, se iniciava uma revolução política, que era um fenômeno enormemente progressivo. Hoje está claro o que significou o processo de queda do Muro, a queda dos regimes do Leste da Europa e das ex-repúblicas soviéticas. É o avanço da barbárie. É o capitalismo em sua expressão decadente. Isso é o que as massas do Leste Europeu estão vivenciando. Qual a relação da posição destas correntes naquele episódio com o que vemos hoje? Na Argentina, estamos vendo com surpresa correntes que se chamam trotskistas que foram à embaixada da Rússia em mobilizações, dizendo “Fora Rússia da Ucrânia”. Agora, nesta mobilização, foram à embaixada dos EUA, dizendo “Fora EUA da Europa”. Alguns diriam que têm uma posição que se aproxima da posição correta. No entanto, a posição “Fora Rússia da Ucrânia”, separada da exigência de retirada dos EUA da Europa e do desmantelamento da OTAN é uma posição pró-imperialista. E foram arrastados outros grupos de esquerda a esta posição. Que têm uma política de se adaptarem à opinião da classe média, influenciada pelos meios de comunicação dos EUA.

O problema mais importante que temos de ver é como ajudar a entender este fenômeno. Porque é imprescindível a reconstrução dos partidos revolucionários, orientados pela estratégia da revolução e ditadura proletária. E como intervimos em nossos países? Porque parece que este era um assunto distante, que não tínhamos nenhuma relação. SIM! Temos de redobrar a luta anti-imperialista em nossos países. Temos de unificar os oprimidos sob a direção do proletariado, para expropriar as multinacionais, e acabar com a opressão do imperialismo norte-americano sobre nossos países. Nós temos aí uma tarefa muito concreta.

- 3) Sobre o preço do pão, dizemos que é um tema complexo, porque nos dizem que “é por culpa da guerra na Ucrânia”. Mentira! A Argentina produz 7 vezes mais trigo do que necessita para consumir. Os custos de produção aumentaram pouco. O problema na Argentina é que as multinacionais dominam o comércio exterior, os latifundiários que produzem querem tirar o maior lucro possível desta crise. As vezes a ideia de que “é por causa da Guerra na Ucrânia” esconde um problema da incapacidade dos governos burgueses em nossos países de poder controlar a inflação, de colocar um limite à intervenção das multinacionais, ao domínio que têm sobre nossos mercados. Por outro lado, se a Bolívia tem de importar o trigo fará com que pague o preço internacional, aí se tem um impacto, mas na Argentina se produz o trigo, e já antes da guerra os capitalistas tinham lucros extraordinários, imaginamos os lucros que estão tendo agora.

É interessante o que defendia Ariel sobre os negócios capitalistas por detrás da guerra, e como se deforma e se utiliza disto como uma justificativa para os capitalistas e para os governos

esconderem as suas misérias. Temos de armar conscientemente o proletariado, a sua vanguarda, ao redor das principais ideias para enfrentar a crise militar, esta crise econômica, política, e organizarmos as bandeiras da classe operária. Este é o problema central. E temos de demolir as posições do imperialismo. Sabemos que lutamos contra esta “opinião pública”, que é criada por uma frente única impressionante, da ONU, dos governos, a OEA, todo mundo condenando a Rússia, para esconder a ofensiva e a crise do imperialismo, norte-americano especialmente.

- 4) Quanto à pergunta do fascismo, temos de dizer que é um processo prévio à guerra, à tendência de direitização, à fascistização dos regimes políticos e ao abandono das formas democráticas. Isto tem a ver com a incapacidade do capitalismo de resolver os problemas das massas. Não estamos em uma época em que a burguesia possa fazer concessões, pelo contrário, a tendência do capitalismo é arrancar as conquistas das massas, fazer retroceder ainda mais as condições de vida e de trabalho. Como os governos e as burguesias têm de enfrentar as massas, que não se deixam matar de fome facilmente, alimentam-se os movimentos de direita, aparecem distintos tipos de fascismos, formas autoritárias de todo tipo, em todo o mundo. Este fenômeno de di-

reitização das burguesias e seus regimes políticos é outra face do fenômeno da crise mundial.

- 5) Para responder à pergunta “por que apoiamos a Ucrânia se ela se converteu em bucha de canhão dos EUA, que segue armando os neonazistas na Ucrânia junto com a OTAN. Russos e ucranianos são irmãos, são povos irmãos. A Ucrânia está longe de ser livre depois dos golpes de Estado neste milênio”? Como disse Atilio, no começo: não se pode defender a Rússia sobre a base da opressão de um povo, de invadi-lo militarmente. Este é um conceito essencial. Esta burocracia restauracionista, esta oligarquia que governa a Rússia oprime criminosamente todos os povos. Não há como defender os métodos, os meios que Putin utiliza para reagir ao cerco do imperialismo. Como foi dito, é claro que a Ucrânia está sendo manipulada pela OTAN e EUA, e por isso, não havia nenhuma liberdade nem independência na Ucrânia, que, para ser livre, para se autodeterminar, tem de reconstruir os soviets, tem de reconstruir sua organização revolucionária, tem de lutar pela sua estratégia, tem de derrubar o governo dos oligarcas, e tem de limpar o exército dos 10.000 nazistas, que foram incorporados ao exército regular na Ucrânia. Estão na primeira linha de combate, de provocação contra a Rússia. Há que limpá-los. Devem ser limpos com os métodos da classe operária. Isto é o que ensina a história. Não há outro caminho. Não dizemos simplesmente “defendemos a Ucrânia”, defendemos a Ucrânia livre, independente, unida, reconstruída sobre a base do poder dos soviets. Não dizemos que volte a ser como era 3 meses atrás. Porque justamente estava sendo usada como bucha de canhão da OTAN.

Carta do Partido Operário Revolucionário (POR), da Corrente Proletária Estudantil
e da Corrente Proletária na Educação à juventude

Por que a juventude oprimida deve lutar contra a guerra na Ucrânia?

Que posição política e programática tomar?

27 de março de 2022

Estamos muito distantes da Ucrânia. No entanto, política e emocionalmente, a guerra aproximou a população brasileira da tragédia que se abateu sobre a população ucraniana. Mas, através dos meios de comunicação, fomos e estamos sendo levados a ver os estragos materiais e em vidas humanas, como se a responsabilidade fosse somente da Rússia.

Nunca uma guerra de ocupação foi diariamente televisionada e comentada por jornalistas, professores, ex-diplomatas e toda sorte de especialistas. Os Estados Unidos destroçaram o Iraque em duas guerras de intervenção, provocaram um grande caos no Afeganistão, derrubando o governo constituído, e colocando um títere em seu lugar. A intervenção militar na Líbia dividiu o país, e esfaqueou a sua unidade econômica. No momento em que a Rússia decidiu invadir a Ucrânia, agravaram-se os bombardeios da Arábia Saudita ao Iêmen, sendo que os Estados Unidos sustentam a poderosa coalizão militar saudita. Em nenhum desses casos, a imprensa dedicou tamanha publicidade, como a que está sendo dedicada à guerra da Ucrânia.

Pode-se dizer que a diferença está em que, desta vez, trata-se de uma guerra que envolve potências militares, como os Estados Unidos e a Rússia. De fato, o mundo está diante de uma conflagração no interior da Europa, que tem potencial mais abrangente. Fala-se em perigo de uma terceira guerra mundial, se a OTAN se envolver diretamente no confronto militar. Mas, quanto à destruição de vidas e de bens materiais, as guerras de intervenção norte-americanas no Iraque, Afeganistão e Líbia foram devastadoras. Quanto às consequências bárbaras, portanto, todas são condenáveis, por serem guerras de dominação, pelas potências imperialistas, sobre povos débeis. E, também, é preciso reconhecer que essas guerras estão por detrás da guerra na Ucrânia. Isso porque refletem a decomposição do capitalismo e, consequentemente, o agravamento da crise mundial, após a Segunda Guerra.

Outro motivo de os explorados e, em particular, da juventude oprimida, aproximarem-se da longínqua guerra da Ucrânia tem sido a retaliação econômica, desfechada por Biden e sua aliança europeia. A economia mundial, como um todo, já está refletindo seus impactos, na forma de disparada dos preços dos produtos essenciais à população. A classe operária e os demais explorados vão arcar com a alta do custo de vida, do desemprego e subemprego.

Constatamos que os trabalhadores brasileiros se aproximaram da distante Ucrânia pela diária propaganda norte-americana da guerra e por uma de suas consequências, que é o agravamento das

condições de vida das massas, que sobrevivem do emprego e do salário. Na imprensa monopolista, somente temos a versão norte-americana sobre a guerra, como se os Estados Unidos fossem amantes da paz e a Rússia, a carniceira.

Esta carta à juventude procura expor e definir uma posição de classe sobre a guerra, ou seja, uma posição proletária, socia-

lista. Por que é preciso uma explicação de classe? Porque a guerra na Ucrânia é mais uma das guerras provocadas pelos interesses econômicos dos capitalistas, e não pela luta dos explorados contra a burguesia e o capitalismo decadente.

Os explorados não devem confundir a guerra de dominação com a guerra de libertação. Os Estados Unidos foram obrigados a recorrer à guerra de independência, contra o colonialismo inglês, e à guer-

ra civil, pelo fim da escravidão. Foram guerras de libertação, que os explorados do mundo todo tiveram de aprovar e apoiar. Mas, a guerra dos Estados Unidos contra a libertação anticolonialista dos vietnamitas do norte mostrou que, na condição de potência imperialista, somente podem promover guerras de dominação. Esse é o lugar do governo Biden e da burguesia norte-americana na guerra da Ucrânia.

E qual é o lugar da Rússia? Estaria em posição de potência militar libertadora? Não, absolutamente não encarna uma guerra de libertação. Nesse caso, Estados Unidos e Rússia se igualam? Igualam-se quanto a exercerem a guerra de dominação, mas se diferenciam quanto aos motivos e responsabilidade pela guerra. Essa diferença tem importância tática, para unir a classe operária e os demais oprimidos ucranianos e russos, bem como os explorados europeus como um todo e em todo o mundo, contra a guerra de dominação.

A decisão do governo e da oligarquia burguesa ucranianos, de submeter o país à OTAN, configurou um cerco militar à Rússia. Eis por que os Estados Unidos, que comandam a OTAN, ordenaram a Zelenski que não aceitasse um acordo de neutralidade da Ucrânia. O que, certamente, implicaria discutir a situação da região separatista de Donbass e da Crimeia. O povo ucraniano se viu, de um lado, diante das pressões do imperialismo ocidental, e, de outro, diante da necessidade da oligarquia russa, de conservar seu domínio sobre as ex-repúblicas soviéticas, que se desprenderam da ex-União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS), que se desintegrou em 1991. Sem uma real independência, a Ucrânia passou a ser joguete da União Europeia e dos Estados Unidos, na guerra comercial e na disputa geopolítica com a Rússia, que

***Por que é preciso uma
explicação de classe? Porque
a guerra na Ucrânia é mais
uma das guerras provocadas
pelos interesses econômicos dos
capitalistas, e não pela luta dos
explorados contra a burguesia e o
capitalismo decadente.***

vem restaurando o capitalismo, do que restou da revolução socialista de Outubro de 1917.

Chamamos a atenção da juventude para o fato de que não é possível compreender as contradições e as particularidades da guerra na Ucrânia, sem identificar suas raízes históricas. A campanha dos Estados Unidos, para convencer a população mundial de que a invasão militar no país vizinho se deve a objetivos expansionistas da Rússia, é grosseiramente falsa. O avanço da OTAN, que começou pelas ex-repúblicas populares do Leste Europeu e adentrou em parte das ex-repúblicas soviéticas, de fato, corresponde ao expansionismo dos Estados Unidos, por cima das fronteiras nacionais, que não ficaram sob o seu controle, após o fim da Segunda Guerra Mundial.

A Rússia evidenciou sua fragilidade como potência econômica, com o desmoronamento da URSS e a perda de influência sobre importantes ex-repúblicas soviéticas, que se aproximaram das potências ocidentais. Para conservar o seu poder regional, depende de submeter as ex-repúblicas soviéticas à opressão nacional, que é típica da dominação imperialista, embora a Rússia não se tenha tornado exportadora de capital, que caracteriza o imperialismo. Ou os Estados Unidos ordenavam a Zelenski fazer um acordo de neutralidade da Ucrânia, ou a Rússia teria de ir adiante com a ocupação militar. Se a Rússia recuasse no cerco montado em dezembro, a oligarquia burguesa ucraniana e Biden estariam, hoje, acertando o ingresso do país na OTAN.

Diante dessa situação, os explorados e a juventude oprimida devem marchar unidos, em defesa do desmantelamento da OTAN, fim das bases militares norte-americanas, revogação das medidas econômico-financeiras de retaliação à Rússia, retirada das tropas russas da Ucrânia, autodeterminação da nação oprimida e integralidade territorial.

Que outro caminho poderia ter sido percorrido, que não fosse o da guerra de dominação? A classe operária, russa e ucraniana, teria de se unir em luta contra a ofensiva do imperialismo e de seu braço armado, a OTAN; e pelo fim da opressão russa sobre as ex-repúblicas soviéticas. Ocorre que a liquidação da URSS se deu sobre a base do processo de restauração capitalista. As consequências foram significativas do ponto de vista histórico. O imperialismo norte-americano se fortaleceu mundialmente. E pôde ampliar o raio de ação da OTAN, ao ponto de montar um cerco à Rússia, começando pelas ex-repúblicas populares do Leste Europeu. Em sentido contrário, a classe operária, responsável pela edificação da URSS, recuou de seu lugar de força motriz da transição do capitalismo ao socialismo. Esse terreno terá de ser recuperado, por meio da luta de classes.

A crise de direção, que se instalou desde a ascensão de Stalin ao poder do Estado Operário, chegou ao seu ponto máximo. A classe operária e os demais oprimidos das ex-repúblicas soviéticas e das ex-repúblicas populares se dispersaram e se dividiram, sob a política de restauração capitalista, sob o domínio das oligarquias burguesas, e sob a projeção do nacionalismo xenofóbico. A classe operária, sem os seus partidos nacionais, como seções do partido mundial, como foi a III Internacional, não tem possibilidade de erguer um programa próprio, embora possa se levantar instintivamente contra a guerra de dominação.

Está aí a explicação do porquê a classe operária não teve como apresentar seu caminho próprio à crise do capitalismo; e não tem podido, agora, diante da guerra na Ucrânia, lutar pela autodeterminação do país, respondendo, ao mesmo tempo, ao cerco impe-

rialista dos Estados Unidos e às ações de dominação nacional da Rússia sobre as ex-repúblicas soviéticas. Essa situação desfavorável à luta do proletariado, para retomar o curso da revolução social e do socialismo, não implica que a sua vanguarda não compreenda o caráter capitalista da guerra de dominação, e levante as bandeiras e tarefas. A juventude oprimida, uma vez tendo claro o que se passa, pode e deve tomar uma posição correta diante da guerra da Ucrânia.

Os estudantes voltaram às escolas desorganizados e desorientados, depois de dois anos de pandemia e recesso escolar. As direções dos centros acadêmicos, dos grêmios, dos DCEs e da UNE se mostraram impotentes, diante da tarefa de desenvolver uma luta contra a incapacidade da burguesia de proteger a vida dos mais pobres, miseráveis e famintos. No Brasil, morreram mais de 650 mil, e, no mundo, 6,5 milhões, sendo a imensa maioria de trabalhadores.

(...) defendemos que a juventude se coloque pelo fim da guerra, sob as seguintes bandeiras: Desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos; Revogação de todas as sanções econômico-financeiras contra a Rússia; Pela retirada das tropas russas; Autodeterminação e integralidade territorial da Ucrânia.

O prolongamento da Pandemia derrubou a economia mundial, agravando o desemprego, atingindo os salários e impulsionando a fome de milhões. Quando se esperava uma reanimação econômica, sobreveio a guerra da Ucrânia e as violentas medidas de sanções econômico-financeiras, que vão prolongar e aprofundar ainda mais a crise mundial. Em toda a parte, as massas oprimidas terão de reagir, e a juventude está chamada a tomar a frente das lutas. E somente poderão enfrentar os capitalistas e seus governos com organização própria; e respondendo à guerra de dominação e ao desemprego e à miséria.

Esta carta faz parte da campanha internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), do qual o POR faz parte, como uma de suas seções. Neste chamado, defendemos que a juventude se coloque pelo fim da guerra, sob as seguintes bandeiras: Desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos; Revogação de todas as sanções econômico-financeiras contra a Rússia; Pela retirada das tropas russas; Autodeterminação e integralidade territorial da Ucrânia.

O POR, Corrente Proletária Estudantil e Corrente Proletária na Educação defendem que os CEAs, DCEs e UNE convoquem as assembleias em todos os campi. Com essas medidas, é possível dar passos no sentido da superação da paralisia e desorganização do movimento estudantil.

***Juventude oprimida, não fiquemos dissolvidos e passivos, diante da guerra e da barbárie capitalista!
Levantemos as bandeiras da classe operária e dos demais explorados!
Retomemos a luta pelo socialismo, única via para combater as guerras de dominação capitalista.***

Palestra a estudantes de história – Universidade da Cidade de São Paulo (Unicid)

Por que a juventude tem de lutar contra a guerra na Ucrânia?

Como parte da divulgação da Carta à Juventude, do Partido Operário Revolucionário (POR), Corrente Proletária Estudantil e Corrente Proletária da Educação, foi realizada, na manhã de 31 de março, uma palestra na Universidade Cidade de São Paulo (Unicid).

Os presentes ouviram atentos a explanação. Em seguida, fizeram uma série de perguntas. Nesse momento, foram tratadas, particularmente, questões como: por que a guerra tem de ser analisada do ponto de vista de classe; por que a classe operária não se tem mobilizado; por que não foi possível um acordo de neutralidade da Ucrânia, se agora, com tamanha destruição, se discute um acordo nesse sentido; por que a Ucrânia não conseguiu a autodeterminação, depois de rompida a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e se ainda é possível; o que devemos exigir do governo brasileiro.

Notamos, pelas perguntas, a importância de o expositor ter demonstrado os fundamentos de classe da guerra, que ficam ocultos nos noticiários diários. E sintetizado o percurso das transformações no período das duas Guerras Mundiais, e posterior à nova partilha do mundo. Nesse longo processo, ressalta a Revolução de Outubro de 1917, a constituição da URSS e o início da transição do capitalismo ao socialismo. Marca, como retrocesso histórico, a destruição da URSS e a interrupção do processo de transição do capitalismo ao socialismo.

A noção de guerra de dominação e de libertação, que se verifica nos tipos de guerras ocorridas no transcurso da evolução do capitalismo, e, em particular, na época imperialista, compareceu como uma diferenciação obrigatória, para se definir o caráter de classe das guerras, seus objetivos, suas consequências e a necessidade do proletariado de responder a cada caso.

Despertou atenção, o conjunto de bandeiras que norteia a luta

de classe contra o cerco econômico e militar do imperialismo à Rússia: fim da OTAN e das bases norte-americanas, revogação das medidas econômico-financeiras ditadas pelos Estados Unidos, retirada das tropas russas, integralidade territorial e autodeterminação da Ucrânia. Nesse sentido, o expositor frisou que somente a organização da classe operária internacional, lutando pelo socialismo, pode materializar esse programa revolucionário, contrário à guerra na Ucrânia. Explicou-se, como parte das respostas, que a autodeterminação de uma nação oprimida, como a Ucrânia, somente é possível se a classe operária e os demais explorados derrubarem a oligarquia burguesa do poder e estabelecerem um governo próprio, voltado à luta internacionalista pelo socialismo.

Sobre o governo brasileiro, o expositor demonstrou que Bolsonaro, de fato, não apoiou a Rússia, apenas procurou evitar que a guerra interrompesse o fornecimento de defensivos agrícolas, fundamentais para agricultura e o agronegócio. Assim, era e é necessário distinguir os interesses dos capitalistas e os interesses nacionais. Bolsonaro compareceu como administrador dos interesses do agronegócio, e não defensor dos interesses nacionais. Somente a classe operária poderia e pode levantar a bandeira de imediata revogação de todas as medidas de retaliação econômica à Rússia e nenhuma interrupção das relações comerciais. A crise econômica sempre recai sobre os explorados.

O expositor explicou que a defesa do fim das sanções econômicas não poderá ser consequente feita isoladamente do conjunto das bandeiras contrárias à guerra, à dominação imperialista e à opressão das nações oprimidas.

Em resumo, esse foi o percurso da exposição e discussão com os alunos de história da Unicid. A Carta à Juventude se mostrou um importante instrumento de campanha do POR no interior das escolas.

Entrevista do POR na Rádio Antena 8, Litoral Norte-SP

O locutor referiu-se à importância de a entrevista alcançar as escolas, os pais, professores e estudantes sobre o significado da guerra na Ucrânia. A primeira questão foi direta ao assunto: como explicar um confronto tão grave na Europa. Nota-se que havia a necessidade de uma explicação que se diferenciasse da campanha publicitária dos Estados Unidos, de que a Rússia cometia um crime, enquanto as potências ocidentais estavam por uma solução pacífica. Eis por que o locutor procurou saber qual era o lugar de cada uma das partes na guerra. A partir das respostas dos entrevistados, se foi chegando a questões históricas de grande importância, como opressão nacional e a luta pela autodeterminação das nações oprimidas.

Estando claro que a guerra transcendia a Europa e atingia a economia mundial como um todo, procurou-se demonstrar como o Brasil estava sendo afetado, e, principalmente, a população trabalhadora, que já vinha arcando com o alto desemprego e a alta do custo de vida. Que posição tomar? Que bandeiras, então, levantar? É nesse marco geral que transcorreram as perguntas e as explicações.

A afirmação inicial, de que era obrigatório identificar as raízes do conflito orientou a diretriz das respostas. E, portanto, as raízes da guerra na Ucrânia se encontravam na Revolução Russa de 1917 e na constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Uma das realizações de grande importância foi a de libertar as nacionalidades oprimidas sob o Grão-Império Russo, e ga-

rantir as suas autodeterminações. Essa tarefa democrática se deu sob as formulações de Lênin. Esse grande movimento de libertação nacional ocorreu em meio ao processo de transição do capitalismo ao socialismo, iniciado com a classe operária no poder.

A degeneração da URSS sob a ditadura burocrática de Josef Stalin comprometeria a tarefa de superar qualquer resquício de opressão nacional. E seu desmoronamento acabaria por recolocar o conflito das ex-repúblicas como se passa com a Ucrânia. Essa introdução permitiu demonstrar que o agravamento do choque da Rússia com os Estados Unidos resulta de um longo percurso de antagonismo do imperialismo com a URSS, sob a política da “Guerra Fria”.

Os Estados Unidos se fazem de arautos da paz, mas o certo é que empurraram a Rússia à guerra, utilizando-se da Ucrânia para alcançar seus objetivos da guerra comercial. A crise de 2014, na Ucrânia, levou ao separatismo e à anexação de parte do território do país. Os Estados Unidos são os grandes responsáveis pela guerra, mas a Rússia comete a opressão nacional, ao ponto de violar a unidade territorial da Ucrânia. Putin ainda se vale de setores ainda estatizados pela revolução socialista. Mas promove o processo de restauração capitalista e a opressão nacional. Diante dessa situação, está colocada a luta pelo fim da OTAN e pela autodeterminação da Ucrânia. Qualquer que seja o resultado da guerra, a crise não será resolvida. O imperialismo necessita acabar com o que resta da propriedade nacionalizada na Rússia.

Na Bolívia, são as grandes empresas capitalistas estrangeiras, as que mais lucram com a guerra na Ucrânia

Mineração

Nos últimos cinco anos, se inverteu a ordem de importância dos setores que geram renda ao país. Hoje em dia, do conjunto das exportações, 53% correspondem à mineração, 28% aos hidrocarbonetos, e 19% à agroindústria e manufatura.

Na mineração, o Ouro ocupa o primeiro lugar, com 43%; Zinco, 24%; Prata, 19%; e o Estanho, 9,6%, dos quais, em relação ao valor de exportações, as empresas multinacionais são responsáveis por 48%; as cooperativas, por 45%; e o Estado (COMIMBOL) controla apenas 6%.

Dos lucros extraordinários que obtêm, por exemplo, a cada 1 bilhão de dólares exportados por San Cristóbal (Sumitomo), somente deixam no país 40 milhões como royalties, e 40 milhões em impostos, ficando, portanto, apenas 8% para o país. As cooperativas que, de 1.816, 1.400 se dedicam à extração de ouro, os capitais estrangeiros (chinês, brasileiro, peruano, colombiano, etc.) se camuflam, como associação de sócios cooperativistas. De 2,54 bilhões de dólares exportados em 2021, somente deixaram 68 milhões de dólares em royalties (2,7%), e 25,4 milhões de dólares em impostos (1%).

Por causa da crise sanitária da Covid e, agora, por causa da guerra, o preço dos minerais se encontra nas nuvens, exemplo: a LF [Libra Fina, unidade de medida usada no mercado mundial] do Zinco subiu, de 0,9 \$us, para 1,7 \$us; a LF de estanho subiu, de 6 \$us, para 22 \$us. São as grandes corporações da mineração, em nível nacional, que estão enchendo os bolsos como nunca antes, saqueando sem piedade nossas riquezas naturais.

Hidrocarbonetos

Em 2021, as exportações de gás aumentaram, e chegaram a 2,241 bilhões de dólares. As importações somaram 2,120 bilhões de dólares, que o Estado gastou na importação de gasolina (620 milhões de dólares) e diesel (1,5 bilhão de dólares). A diferença de 121 milhões demonstra que o benefício para o erário nacional é minúsculo.

As multinacionais sócias da YPFB (Petrobrás, Repsol, Total, etc.) são as principais beneficiadas neste negócio, porque recebem o que exportamos. Também os agroindustriais do oriente se beneficiam, porque o governo os incentivava com compromissos de maiores quantidades de compra

de ETANOL e BIODIESEL, para substituir a importação de carburantes.

Agroindústria

O setor de oleaginosas industriais (soja, girassol) e a cana-de-açúcar ocupam 63% do total produzido pelo setor. Os cereais e forragens, 19% (onde está o trigo, do qual só produzimos 30%, 70% importamos da Argentina). Os tubérculos, hortaliças e frutas, 18%.

Os que se beneficiam com o aumento dos preços dos alimentos no mercado mundial são OS QUE PRODUZEM: os latifundiários do oriente (70% de capitais estrangeiros, brasileiros, paraguaios, japoneses, etc.). Já os que sofrem com o encarecimento dos principais produtos da cesta básica familiar são as maiorias que CONSOMEM, que observam os aumentos dos preços da farinha, azeite, manteiga, macarrão, e demais derivados dos grãos.

A isto se soma o encarecimento da importação de insumos para a indústria nacional, que se refletirá no aumento dos preços dos demais produtos de consumo que não sejam alimentos. Uma INFLAÇÃO IMPORTADA de países vizinhos e de outros do continente, que aprofundará a carestia das famílias bolivianas.

Como se observa, os aumentos dos preços das matérias primas e da energia beneficiam os setores da economia boliviana, controlados pelas multinacionais. APROXIMADAMENTE 70% DO APARATO NACIONAL GERADOR DE VALOR E RIQUEZA ESTÁ NAS MÃOS DESTES CAPITALISTAS PRIVADOS ESTRANGEIROS. PARA O ESTADO BOLIVIANO NÃO SOBRA QUASE NADA. PARA OS BOLIVIANOS SOBRA A FATURA DA GUERRA E DA CRISE ECONÔMICA MUNDIAL, GERADA PELOS INTERESSES DO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO, EUROPEU E ASIÁTICO.

Corresponde à classe operária boliviana dirigir a luta da nação oprimida para expulsar, sem indenização, estes monopólios do solo boliviano. Pela imediata estatização de toda a mineração de ouro, zinco, prata, da produção e comercialização do gás, da agroindústria e pecuária, e dos bancos, que estão nas mãos das grandes corporações financeiras estrangeiras!

(Extraído do Jornal Masas n. 2.691, do Partido Obrero Revolucionario da Bolívia)

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Não é a guerra na Ucrânia a responsável; os responsáveis pelo aumento do preço do pão são a oligarquia proprietária de terra e os exportadores

Nos últimos dias, o preço do pão aumentou dramaticamente. O mesmo ocorreu com os demais derivados do trigo. Além disto, o Governo autorizou o segundo aumento no ano nos preços dos combustíveis. Trata-se de um duro golpe no bolso de nós, trabalhadores, que, dia após dia, vemos a inflação devorar os nossos salários. Afeta-nos particularmente, porque o preço dos cereais e combustíveis impacta diretamente sobre o conjunto das mercadorias.

A Federação de Padeiros denunciou que a saca de 25kg de farinha triplo zero passou, de \$1.200, para \$2.500; a caixa de fermento de 10kg passou, de \$2.500, para \$4.000; a de açúcar de 50kg, de \$2.600, para \$4.800; a margarina de 20kg, de \$3.800, para \$5.500. “Os fabricantes de farinha estão especulando, porque os preços do trigo não subiram nesta proporção. Temos provas de desabastecimento também, nos mandam a metade do que pedimos”.

Enquanto isto o Governo observa impotente ao espetáculo. Por um lado pensa que o aumento dos preços das matérias-primas ajudará a juntar os dólares para pagar o FMI, ainda que, por outro lado, aumentará o custo de importar gás e petróleo, e torne impossível a realização de qualquer plano, por mais miserável que seja, de reduzir a inflação. De toda forma, Guzmán, o ministro do FMI, saiu a declarar que a culpa é da guerra na Ucrânia, e que a Casa Rosada não pensa em nenhum aumento das retenções (medida burguesa que consiste na taxa-ção das exportações e utilização do montante arrecadado para reduzir o preço no mercado interno).

Certamente a guerra na Ucrânia fez aumentar o preço das principais matérias-primas (petróleo, gás, trigo, etc.) no mercado mundial. A Rússia é a principal exportadora mundial de trigo, petróleo e os seus derivados. No caso do trigo, a Rússia e a Ucrânia representam quase um terço das exportações mundiais. A destruição física da produção, a especulação com as dificuldades para abastecimento, e as sanções à Rússia (na compra de seus produtos) repercutirão imediatamente na elevação dos preços destas matérias-primas, ao patamar mais alto em mais de uma década, desatando uma forte inflação em praticamente todos os países do mundo.

O resultado é que aqueles países que não produzem cereais, nem combustíveis, ou que precisam importar boa parte do que consomem, se verão seriamente afetados pelo aumento dos preços internacionais. Mas, e o que ocorre na Argentina? Tratam-nos como imbecis, quando nos dizem que os preços aumentaram por causa da guerra. A realidade é que os proprietários de terra, a burguesia agrária, as fábricas de farinha e os exportadores pretendem vender no mercado interno como se importássemos o trigo da Rússia ou dos EUA.

Fica claro que não há soberania sobre nossa terra e seus produtos. Os proprietários de terra pretendem aumentar a sua renda agrária parasitária, especulando com a fome das massas. Em “O Capital”, Marx diz que “quanto maior for o desenvolvimento da agricultura e da civilização em geral de um país, tanto mais se elevam as rendas por acre, tanto mais gigantesco se torna o tributo que paga a sociedade aos proprietários de terra em forma de sobrelucro... Esta lei explica a maravilhosa vitalidade da classe dos grandes proprietários de terras. Nenhuma classe social vive tão prodigamente, não há nenhuma que, como ela, reivindique um direito a um tradicional luxo ‘adequado a sua posição social’, sem importar a origem do dinheiro”.

Dizemos que a sua renda é parasitária, porque os proprietários de terra são uma classe que não produz nada, é um tributo que todos os oprimidos pagamos aos proprietários de terra (também das minas, nos poços de petróleo, etc.), pelo simples fato de serem proprietários. Esse tributo é que financia os seus ideólogos, os seus funcionários e os golpes de Estado em nossa história.

A burguesia tem sido incapaz de acabar com esta classe. Apenas alguns ideólogos do nacionalismo burguês, do peronismo, anunciaram a tarefa, com um discurso hipócrita para conter o levante das massas. Somente a classe operária, com a sua revolução, pode expropriar e estatizar toda a terra, e estabelecer um férreo controle do comércio exterior, de forma que se definam quantidades e preços locais, e exportar o excedente.

(Extraído do Jornal Massas nº 411, do Partido Operário Revolucionário da Argentina).

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Lições da Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



**Nova
Coleção
Editorial**

CONCEPÇÃO LENINISTA SOBRE A GUERRA

No jornal Massas, números 657, 658 e 659, publicamos uma série de documentos sobre a autodeterminação da Ucrânia, escritos por Lênin e Trotsky. Agora, neste número, reproduzimos alguns extratos de Lênin sobre a guerra na época imperialista, e o texto integral “O programa militar da revolução proletária”. O objetivo é o de assimilar e aplicar corretamente a concepção marxista sobre as guerras em geral e, em particular, principalmente, as guerras na época do capitalismo imperialista.

A guerra na Ucrânia não foge às leis gerais do capitalismo, pródigo em guerras. As particularidades, porém, são necessárias, para compreender o lugar da Rússia nos marcos do capitalismo em decomposição, depois do desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) publicou uma série de Declarações e um Manifesto, bem como uma Resolução, voltada a expor a guerra na Ucrânia de acordo com as leis da história. Tem realizado uma campanha política, ideológica e prática, embasada nas bandeiras: Desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos; Revogação das sanções econômicas e financeiras contra a Rússia; Autodeterminação e unidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Essas bandeiras estão interligadas de maneira que o POR as divulga e as defende integralmente.

As posições programáticas do marxismo sobre a autodeterminação das nações oprimidas se têm mostrado aplicáveis e necessárias, para definir a diretriz do proletariado diante da guerra na Ucrânia. As formulações de Lênin sobre a guerra, não temos dúvida, estabelecem o norte programático que corresponde à doutrina da luta de classes e da estratégia revolucionária do combate pelo fim do capitalismo e pela edificação do socialismo.

Em setembro de 1914, Lênin escreveu o Manifesto “A guerra e a socialdemocracia da Rússia”. É considerado a primeira formulação oficial do Comitê Central do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR). O Manifesto foi enviado à direção da II Internacional, que acabou capitulando, diante da política de guerra do imperialismo. Passamos a editar algumas de suas passagens.

“A guerra europeia, preparada durante décadas pelos governos e pelos partidos burgueses de todos os países, foi desencadeada. O aumento dos armamentos, a extrema agudização da luta pelos mercados na época da novíssima fase, a fase imperialista, do desenvolvimento do capitalismo nos países avançados, e os interesses dinásticos das monarquias mais atrasadas, as da Europa Oriental, deviam conduzir inevitavelmente, e conduziram, a esta guerra. Anexar terras e subjugar nações estrangeiras, arruinar a nação concorrente, saquear as suas riquezas, desviar a atenção das massas trabalhadoras das crises políticas internas da Rússia, Alemanha, Inglaterra e de outros países, desunir e confundir os operários com a propaganda nacionalista, e exterminar sua vanguarda com o objetivo de debilitar o movimento revolucionário do proletariado, tal é o único real conteúdo, significado e sentido da atual guerra.

Mas, quanto maior o zelo com que os governos e a burguesia de todos os países procuram dividir os operários e jogá-los uns contra os

outros; quanto maior é a ferocidade com que se aplica este objetivo, o sistema do estado de guerra e da censura militar (...), mais imperioso é o dever do proletariado consciente de salvaguardar sua coesão de classe, seu internacionalismo, suas convicções socialistas, diante do chauvinismo desenfreado da “patriótica” camarilha burguesa de todos os países. (...)

A transformação da atual guerra imperialista em guerra civil é a única palavra de ordem proletária justa, indicada pela experiência da Comuna de Paris, apontada pela resolução de Basileia (1912), e decorrente de todas as condições da guerra imperialista entre os países burgueses altamente desenvolvidos. (...)”

As formulações de Lênin sobre a guerra, não temos dúvida, estabelecem o norte programático que corresponde à doutrina da luta de classes e da estratégia revolucionária do combate pelo fim do capitalismo e pela edificação do socialismo.

Entre 27 de fevereiro e 4 de março de 1915, realizou-se uma “Conferência das seções do POSDR” no estrangeiro, em Berna. O ponto dois do temário foi dedicado a “A Guerra e as tarefas do partido”. Essa Conferência aprovou uma resolução, que serviu de base para uma campanha revolucionária contra a guerra imperialista, e em defesa da guerra civil de libertação de classe. É de enorme importância a precisão sobre o “caráter da guerra”. Eis:

“A guerra atual é de caráter imperialista. Essa guerra foi provocada pelas condições de uma época em que o capitalismo alcançou a fase superior de desenvolvimento; na qual a importância mais essencial não reside somente na exportação de mercadorias mas também na exportação de capital; no fato da cartelização da produção e internacionalização da vida econômica alcançarem proporções consideráveis; na qual a política colonial conduziu à partilha de quase todo o globo terrestre; uma época na qual as forças produtivas do capitalismo mundial rebaixaram o marco limitado das divisões em Estados nacionais; na época em que amadureceram completamente as condições objetivas para realizar o socialismo”. (...)

Responde à bandeira burguesa de “defesa da pátria”: *“As frases em torno à defesa da pátria e da resistência à invasão inimiga, da guerra defensiva, etc. são, de ambas as partes, um completo engano do povo”. (...)* *“As guerras verdadeiramente nacionais ocorridas, sobretudo, na época de 1789-1871, se baseiam em um longo processo de movimentos nacionais de massas, da luta contra o absolutismo e o feudalismo, de derrocada da opressão nacional e a criação de Estados sobre uma base nacional, como premissa do desenvolvimento capitalista”. (...)*

Entre julho e agosto de 1915, Lênin redigiu o folheto “O Socialismo e a guerra”. Reafirma os fundamentos do Manifesto e da resolução da Conferência de Berna. Destacamos dois aspectos:

1) “Essa famosa expressão pertence a um dos escritores militares mais profundos, Clausewitz. Os marxistas sempre consideraram, e com toda razão, esta fórmula como a base teórica

de seus pontos de vista, acerca do significado de toda guerra. Justamente, Marx e Engels examinaram sempre as diferentes guerras, partindo deste ponto de vista". (...) "Basta considerar a presente guerra como uma continuidade da política das 'grandes' potências e de suas classes fundamentais, para compreender a que ponto extremamente hipócrita, farisaica e anti-histórico chegou a opinião de que pode justificar-se a ideia de 'defesa da pátria' nesta guerra". (...)

2) Direito das nações à autodeterminação.

"(...)

"Os socialistas não podem alcançar o seu grande objetivo, sem lutar contra toda a opressão das nações. Por isso, devem exigir obrigatoriamente que os partidos social-democratas dos países opressores (particularmente os das chamadas 'grandes' potências) reconheçam e defendam o direito das nações oprimidas à autodeterminação, e precisamente no sentido político da palavra, isto é, o direito à separação política. Um socialista de uma grande potência ou de uma nação detentora de colônias que não defenda esse direito é um chauvinista.

Abaixo publicamos um documento programático sobre a guerra, redigido por Lênin

O Programa Militar da Revolução Proletária

Lênin, setembro de 1916

Na Holanda, Escandinava e Suíça, entre os social-democratas revolucionários, que lutam contra a mentira social-chauvinista da "defesa da pátria" na atual guerra imperialista, soam vozes a favor da substituição do antigo ponto do programa mínimo social-democrata: "milícia" ou "armamento" do povo, por um novo: "desarmamento". O *Jugend-Internacional* (órgão da Liga Internacional das organizações socialistas da juventude) iniciou um debate sobre este problema, e no número 3 publicou um editorial a favor do "desarmamento". Também nas revistas *New Leben e Vorbote*, foi iniciado um debate sobre esse assunto.

Examinemos a posição dos defensores do desarmamento.

|

Como argumento fundamental, alega-se que a reivindicação do desarmamento é a expressão mais franca, decidida e consequente da luta contra o militarismo e a guerra.

Mas é precisamente neste argumento fundamental que reside o principal erro dos partidários do desarmamento. Os socialistas, que não deixaram de sê-lo, não podem estar contra toda e qualquer guerra.

Em primeiro lugar, os socialistas nunca foram nem poderão ser inimigos das guerras revolucionárias. A burguesia das "grandes" potências imperialistas é hoje reacionária, dos pés à cabeça, e nós reconhecemos que essa guerra que ela agora desencadeia é reacionária, escravagista e criminosa.

Mas, o que se poderia dizer de uma guerra contra essa burguesia, de uma guerra, por exemplo, dos povos por ela oprimidos e de quem ela depende, ou dos povos coloniais, pela sua libertação? No 5º ponto das teses do grupo "A Internacional", pode-se ler: "Na época deste imperialismo desenfreado, não pode haver guerras nacionais, sejam de que tipo for", afirmação evidentemente errada.

A defesa desse direito, longe de estimular a criação de pequenos Estados, leva, pelo contrário, à formação mais livre, mais ousada e, portanto, mais ampla e extensa de grandes Estados e de federações de Estados, mais vantajosas para as massas e em consonância com o desenvolvimento econômico.

Os socialistas das nações oprimidas, por sua vez, devem lutar, incondicionalmente, pela plena unidade (incluindo a unidade orgânica) dos operários das nacionalidades oprimidas e das nações opressoras. A ideia da separação jurídica de uma nação de outra (a chamada 'autonomia nacional cultural', preconizada por Bauer e Renner) é uma concepção reacionária.

O imperialismo é a época de crescente opressão das nações de todo o mundo por um punhado de 'grandes' potências, em virtude do qual a luta pela revolução socialista internacional contra o imperialismo é impossível, se não se reconhece o direito das nações à autodeterminação. 'Um povo que oprime outros povos não pode ser livre' (Marx e Engels). Um proletariado que aceite a menor violência de 'sua' nação sobre outras nações não pode ser socialista".

A história do século XX, o século do "imperialismo desenfreado", está repleta de guerras coloniais. Mas, aquilo a que nós, europeus, opressores imperialistas da maioria dos povos do mundo, com o repugnante chauvinismo europeu, que nos é peculiar, chamamos "guerras coloniais", são muitas vezes guerras nacionais ou insurreições nacionais desses povos oprimidos.

Uma das características mais essenciais do imperialismo consiste, precisamente, na sua ação aceleradora do desenvolvimento do capitalismo nos países mais atrasados, ampliando e recrudescendo, assim, a luta contra a opressão nacional. Isto é um fato. E daqui se deduz que o imperialismo tem de engendrar guerras nacionais. *Junius*, que, em um folheto de sua autoria, defende as "teses" acima mencionadas, diz que, na época imperialista, toda a guerra nacional contra uma das grandes potências imperialistas conduz à intervenção de outra grande potência também imperialista, que compete com a primeira, e que, deste modo, toda a guerra nacional se transforma em guerra imperialista. Mas, também este argumento é falso. Isso *pode acontecer*, mas nem sempre assim acontece. Muitas guerras coloniais, entre 1900 e 1914, tomaram outro rumo. E seria simplesmente ridículo dizer que, por exemplo, depois da atual guerra, caso termine por esgotamento extremo dos países beligerantes, "não pode" haver "nenhuma" guerra nacional, progressista, revolucionária, por parte da China, seja este o caso, em união com a Índia, a Pérsia, o Sião, etc., contra as grandes potências.

Negar toda e qualquer possibilidade de guerra nacional sob o imperialismo é teoricamente falso, errado em todos os níveis do ponto de vista histórico, e é equivalente, na prática, ao chauvinismo europeu. Nós, que pertencemos a nações que oprimem milhões de pessoas na Europa, na África, na Ásia, etc., temos de dizer aos povos oprimidos que a sua guerra con-

tra as “nossas” nações é “impossível”!

Em segundo lugar, as guerras civis também são guerras. Quem admitir a luta de classes, não pode deixar de admitir as guerras civis, que, em todas as sociedades divididas em classes, representam a continuação, o desenvolvimento e o recrudescimento – naturais e, em determinadas circunstâncias, inevitáveis – da luta de classes. Todas as grandes revoluções confirmam essa afirmação. Negar as guerras civis ou esquecê-las seria cair em um oportunismo extremo, e renegar a revolução socialista.

Em terceiro lugar, o socialismo vitorioso em um país não invalida, de modo algum, todas as regras em geral. Ao contrário, pressupõe-nas. O desenvolvimento do capitalismo segue um curso extraordinariamente desigual nos diferentes países. Não pode deixar de ser assim, sob o regime de produção mercantil. Daí a conclusão indiscutível de que o socialismo não pode vencer simultaneamente em todos os países. Começará por vencer em um ou em vários países, e os restantes continuarão a ser, durante algum tempo, países capitalistas ou pré-capitalistas. Isto não só provocará atritos, mas também a tendência direta da burguesia dos restantes países de esmagar o proletariado vitorioso do Estado socialista. Em tais casos, a guerra seria, da nossa parte, uma guerra legítima e justa. Seria uma guerra pelo socialismo, pela libertação de outros povos do jugo da burguesia. Engels tinha inteira razão, quando, em sua carta a Kautsky, de 12 de setembro de 1892, reconhecia inequivocamente a possibilidade de “guerra defensiva” do socialismo já vitorioso. Referia-se, precisamente, à defesa do proletariado vitorioso contra a burguesia dos demais países.

Só quando tivermos derrotado, vencido e expropriado definitivamente a burguesia, em todo o mundo, e não em um só país, serão impossíveis as guerras. E, de um ponto de vista científico, seria completamente errado e anti-revolucionário passar em branco ou dissimular aquilo que, precisamente, tem mais importância: o esmagamento da resistência da burguesia, que é o mais difícil, o que mais luta exige na fase de transição do capitalismo ao socialismo. Os popes (sacerdotes da igreja cismática grega) “sociais” e os oportunistas estão sempre dispostos a sonhar com um futuro socialismo pacífico, mas se distinguem dos social-democratas revolucionários, precisamente por não quererem nem sequer pensar na encarnizada luta de classes e nas guerras de classe, necessárias para alcançar esse desejado futuro. Não devemos permitir que nos enganem com palavras. Por exemplo: é para muitos deles odiosa a ideia da “defesa da pátria”, porque os oportunistas sinceros e os kautskianos com ela encobrem e atenuam as mentiras da burguesia, na atual guerra de rapina. Isto é um fato. Mas, daqui não se deduz que devemos perder o costume de pensar no sentido das palavras de ordem políticas. Aceitar a “defesa da pátria”, na guerra atual, equivaleria a considerá-la “justa”, adequada aos interesses do proletariado e nada mais, absolutamente nada mais, porque, em nenhuma guerra, está descartada a possi-

bilidade de uma invasão. Seria simplesmente uma estupidez negar a “defesa da pátria” da parte dos povos oprimidos na sua guerra contra as grandes potências imperialistas ou da parte do proletariado vitorioso na sua guerra contra qualquer Galliffet (general francês que reprimiu a Comuna de Paris, em 1871) de um Estado burguês.

Do ponto de vista teórico, é totalmente errado esquecer que todas as guerras não são mais do que a continuação da política, por outros meios. A atual guerra imperialista é a continuação da política imperialista de dois grupos de grandes potências, e essa política é gerada e alimentada pelo conjunto das relações da época imperialista. Mas, esta mesma época há de dar origem e alimentar também, inevitavelmente, a política de luta contra a opressão nacional e a luta do proletariado contra a burguesia, e, por isso, a possibilidade e a inevitabilidade, em primeiro lugar, das insurreições e das guerras nacionais revolucionárias; em segundo lugar, das guerras e das insurreições do proletariado contra a burguesia; em terceiro lugar, da fusão dos dois tipos de guerras revolucionárias, etc.

II

A nossa palavra de ordem deve ser: armar o proletariado para vencer, expropriar e desarmar a burguesia. Esta é a única tática possível para a classe revolucionária, tática que se depreende de todo o desenvolvimento objetivo do militarismo capitalista, e que é prescrita por este desenvolvimento.

Devemos acrescentar ainda a seguinte consideração de caráter geral.

Uma classe oprimida que não se esforce por aprender a manejar as armas, a possuí-las, mereceria que a tratassem como escrava. Não podemos esquecer, se não pretendemos converter-nos em pacifistas burgueses ou em oportunistas, que vivemos em uma sociedade de classes, da qual não se pode sair, senão pela luta de classes. Na sociedade de classes – tenha por base a escravatura, a servidão ou, como agora, o trabalho

assalariado –, a classe opressora está armada. Não só o exército regular moderno, como também a milícia atual – mesmo nas repúblicas burguesas mais democráticas, como por exemplo, a Suíça –, representam o armamento da burguesia contra o proletariado. Esta é uma verdade tão elementar, que nem há necessidade de nos determos detalhadamente sobre ela. Basta recordar o uso do exército contra os grevistas em todos os países capitalistas.

O armamento da burguesia contra o proletariado é um dos fundamentos mais importantes, essenciais, da atual sociedade capitalista. Diante disso, é proposto aos social-democratas revolucionários que “reivindiquem” o “desarmamento”! O que equivale a renunciar completamente à luta de classes, a renegar a ideia da revolução.

A nossa palavra de ordem deve ser: armar o proletariado para vencer, expropriar e desarmar a burguesia. Esta é a única tática possível para a classe revolucionária, tática que se depreende de todo o desenvolvimento objetivo do militarismo capitalista, e que é prescrita por este desenvolvimento.

Somente depois de ter desarmado a burguesia, é que o proletariado poderá, sem traição à sua tarefa histórica universal, livrar-se como sucata de todo o armamento em geral, e assim o fará, sem sombra de dúvidas, mas só então; nunca antes. Se a guerra atual desperta nos revolucionários socialistas cristãos e

nos pequeno-burgueses choramingosos *apenas* susto e horror, repugnância pelo emprego das armas, pelo sangue, pela morte, etc., nós, por outro lado, devemos dizer: a sociedade capitalista sempre foi e continua a ser um *horror sem fim*. E se a guerra atual, a mais reacionária de todas as guerras, prepara para esta sociedade um fim cheio de horror, não temos qualquer motivo para desesperos. Ora, “reivindicar” o desarmamento, melhor dizendo, a ilusão do desarmamento, em uma época em que, à vista de todo o mundo, está sendo preparada, pela própria burguesia, a única guerra legítima e revolucionária, a saber – a guerra civil contra a burguesia imperialista –, é única e exclusivamente, e objetivamente, uma prova de desespero.

Aqueles que nos dizem que esta é uma teoria desligada da vida, recordaremos dois fatos de alcance histórico universal: o papel dos trustes no trabalho das mulheres nas fábricas, por um lado, e a Comuna de Paris de 1871 e a insurreição de de-

[Lênin]

“Não há dúvida de que esta luta é o principal problema imediato da Internacional. Uma luta contra o imperialismo, que não esteja indissoluvelmente ligada à luta contra o oportunismo, é uma farsa, um engano.”

zembro de 1905 na Rússia, por outro.

A burguesia desenvolve os trustes, obriga crianças e mulheres a irem para as fábricas, onde as tortura, perverte e condena a uma miséria extrema. Nós não “exigimos” semelhante desenvolvimento, não o “apoiamos”, lutamos contra ele. Mas como lutamos? Sabemos que os trustes e o trabalho das mulheres nas fábricas representam um progresso. Não queremos voltar atrás, às oficinas artesanais, ao capitalismo pré-monopolista, ao trabalho doméstico da mulher. Para a frente, por meio dos trustes etc., mas mais além, até ao socialismo!

Este mesmo raciocínio, com as devidas modificações, é também aplicável à atual militarização do povo. Atualmente, a burguesia imperialista militariza não só todo o povo, como também a juventude. Amanhã talvez comece a militarizar as mulheres. Diante disso, devemos dizer, tanto melhor! Avante! Quanto mais depressa o fizerem, mais perto de nós estará a insurreição armada contra o capitalismo. Como podem os social-democratas deixarem-se intimidar pela militarização da juventude, etc., senão esquecendo o exemplo da Comuna? Isto não é uma “teoria desligada da Vida”, não é um sonho, mas um fato. E seria, na realidade, gravíssimo, que os social-democratas, apesar de todos os acontecimentos econômicos e políticos, comessem a duvidar de que a época imperialista e as guerras imperialistas devem conduzir, inevitavelmente, a repetição de tais acontecimentos.

Um observador burguês da Comuna escrevia, em maio de 1871, em jornal inglês: “se a nação francesa fosse composta apenas de mulheres, que horrível nação seria! Mulheres e crianças, a partir de treze anos, lutaram nos dias da Comuna junto aos homens”. E o mesmo terá de acontecer em futuras batalhas pela derrocada da burguesia. As mulheres proletárias não contemplarão passivamente como a burguesia bem armada, esmagou os operários, mal armados ou desarmados.

Pegarão em armas, como em 1871. E, nas assustadas nações de agora, ou melhor dizendo, do atual movimento operário desorganizado, mais pelos oportunistas do que pelos governos, surgirá, sem dúvida, cedo ou tarde, mas de modo indiscutível, a união internacional das “horríveis nações” do proletariado revolucionário.

A militarização alcança agora toda a vida social. O imperialismo é uma luta encarniçada das grandes potências, para repartir e redistribuir o mundo, e por isso tem de conduzir inevitavelmente a uma reforçada militarização de todos os países, inclusive dos neutros e pequenos. Como enfrentarão isto as mulheres proletárias? Limitar-se-ão a maldizer a guerra e os militares, limitar-se-ão a exigir o desarmamento?

As mulheres de uma classe oprimida, que sejam verdadeiramente revolucionárias, nunca se conformarão com tão vergonhoso papel. Dirão aos seus filhos: “Depressa, ou será tarde. Dar-lhes-ão uma arma. Recebem-na e aprendam a manejar bem as armas. É uma ciência imprescindível para os proletários, não para disparar contra os seus irmãos, os operários de outros países, como acontece na atual guerra, e como lhes aconselham os traidores do socialismo, mas para lutar contra a burguesia de seu próprio país, para pôr fim à exploração, à miséria, e às guerras, não como boas intenções, mas vencendo a burguesia e desarmando-a”.

Para renunciar precisamente a esta propaganda em relação à guerra atual, melhor é não dizer mais palavras solenes sobre a social-democracia revolucionária internacional, sobre a revolução socialista, sobre a guerra.

III

Os partidários do desarmamento pronunciam-se contra o ponto do programa referente ao “armamento do povo”, entre outras razões porque, segundo dizem, esta última reivindicação leva mais facilmente às concessões, ao oportunismo.

Já examinamos o mais importante: a relação entre o desarmamento e a luta de classe e a revolução social. Vejamos a relação existente entre desarmamento e oportunismo. Uma das razões mais importantes, para que esta reivindicação seja inadmissível, consiste precisamente no fato de despertar as ilusões, que debilitam e enfraquecem inevitavelmente a nossa luta contra o oportunismo.

Não há dúvida de que esta luta é o principal problema imediato da Internacional. Uma luta contra o imperialismo, que não esteja indissoluvelmente ligada à luta contra o oportunismo, é uma farsa, um engano. Um dos principais defeitos da Zimmerwald e do Kienthal, uma das principais causas do possível fracasso destes embriões da III Internacional, consiste precisamente no fato de nem sequer terem analisado abertamente o problema da luta contra o oportunismo, sem falar de uma solução deste problema, que implique a necessidade de romper com os oportunistas.

O oportunismo triunfou, momentaneamente, no seio do movimento operário europeu. Nos países mais importantes, apareceram duas versões fundamentais do oportunismo: primeiro, o social-imperialismo confesso, descarado e, por isso, menos perigoso dos Plekhanov, dos Scheideman, dos Legien, dos Albert Thomas e dos Sembar, dos Vandervelde, dos Hyndman, dos Henderson, etc.; segundo, o oportunismo encoberto kautskiano:

Kautsky-Haase e o “grupo Social Democrata do Trabalho”, na Alemanha; Longuet, Presemame, Mayeras, etc., na França; Ramsay McDonald e outros chefes do “Partido Trabalhista Independente”, na Inglaterra; Martov, Chjeide, etc., na Rússia; Treves e outros reformistas chamados de esquerda, na Itália.

O oportunismo descarado é direta e abertamente contra a revolução e contra os movimentos e explosões revolucionárias que começam a despertar, tendo-se aliado diretamente aos governos, por mais distintos que sejam os termos destas alianças, desde a participação nos ministérios, até à participação na indústria de armamento (na Rússia). Os oportunistas encobertos, os kautskianos, são muito mais nocivos e perigosos para o movimento operário, porque encobrem com palavras “marxistas”, e com palavras de ordem pacifistas bem sonantes à aliança que fazem com os primeiros. A luta contra estas formas do oportunismo dominante deve ser desenvolvida em todos os campos da política proletária: parlamento, sindicatos, greves, Forças Armadas, etc. A participação fundamental que distingue estas duas formas do oportunismo dominante consiste em que o problema concreto da *relação entre a guerra atual e a revolução e outros problemas concretos da revolução* se silenciam e se encobrem, ou são tratados com os olhos postos nas proibições da polícia. E isto, apesar de antes da guerra se ter analisado uma infinidade de vezes, tanto extra oficial como oficialmente, no Manifesto da Basileia, precisamente a relação entre a guerra iminente e a revolução proletária. Mas, o resultado principal da reivindicação do desarmamento consiste precisamente em passar por cima de todos os problemas concretos da revolução.

Ou será que os partidários do desarmamento são a favor de um tipo completamente novo de revolução em armas?

Prossigamos. Não somos de modo algum contra a luta pelas reformas. Não queremos ignorar a triste possibilidade da humanidade – no pior dos casos – ter de passar por uma segunda guerra imperialista, se a revolução não surgir da guerra atual, apesar das numerosas explosões de efervescência e descontentamento das massas, e apesar dos nossos esforços. Somos partidários de um programa de reformas que *também deve* ser dirigido contra os oportunistas. Os oportunistas não deixariam de se alegrar, no caso de lhes deixarmos toda a luta pelas reformas, e de nos elevarmos nas nuvens de um vago “desarmamento”, para fugir a uma realidade lamentável. O “desarmamento” é precisamente a fuga frente a uma realidade detestável, e de modo algum uma luta contra ela.

Em semelhante programa, diríamos mais ou menos o seguinte: “a palavra de ordem é o reconhecimento de que a defesa da pátria na guerra imperialista de 1914-1916 serve

apenas para corromper o movimento operário com mentiras burguesas”. Esta resposta concreta a questões concretas é teoricamente mais justa, muito mais útil para o proletariado e mais insuportável para os oportunistas, do que a reivindicação do desarmamento e a renúncia a “toda e qualquer” defesa da pátria. E podemos acrescentar: “A burguesia de todas as grandes potências imperialistas – da Inglaterra, França, Alemanha, Japão, Áustria, Rússia, Itália e os Estados Unidos – é hoje de tal modo reacionária, e está de tal modo impregnada da tendência para a dominação mundial, que *toda e qualquer* guerra, por parte da *burguesia destes* países, não só se deve opor a todas as guerras deste tipo, como se deve desejar a derrota do “seu” governo em tais guerras, e utilizar essa derrota para uma insurreição revolucionária, caso tenha fracassado a insurreição para impedir a guerra”.

No que se refere à milícia, devemos dizer: “não somos partidários da milícia burguesa, mas unicamente de uma milícia proletária. Por isso, “nem um centimo, nem um homem”, não só para o exército regular, como para a milícia burguesa, inclusive nos países como os Estados Unidos ou Suíça, Noruega, etc. Observamos que, nos países republicanos mais livres (por exemplo, na Suíça), tem ocorrido uma prussificação cada vez maior da milícia, sobretudo em 1907 e 1911, que a substituiu, mobilizando-a contra os grevistas. Podemos exigir que os oficiais sejam eleitos pelo povo, que seja abolida toda justiça militar, que os operários estrangeiros tenham os mesmos direitos que os operários nacionais (ponto de especial importância para os Estados imperialistas que, tal como acontece na Suíça, exploram cada vez maior número, e cada vez mais com maior descaramento, os operários estrangeiros, sem lhes reconhecer quaisquer direitos). E, além disso, exigimos que cada cem habitantes de um país, por exemplo, tenham direito de formar associações livres, para aprender a manejar as armas, elegendo livremente instrutores pagos pelo Estado, etc. Somente em tais condições, seria possível ao proletariado aprender o manejo de armas realmente para si, e não para os seus escravizados. São os interesses do proletariado que o exigem absolutamente. A revolução russa demonstrou que todos os êxitos, mesmo parciais, do movimento revolucionário – por exemplo, a conquista de uma cidade, um setor fabril, uma unidade de exército – *obrigará* o proletariado vencedor a pôr em prática precisamente esse programa.

Por último, não se pode lutar contra o oportunismo, naturalmente só com programas, mas exercendo uma vigilância constante para que seja posto em prática de uma maneira efetiva. O maior erro, o erro fatal, da fracassada II Internacional,

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

consistiu no fato de as palavras não corresponderem à realidade, de se impor o hábito e de recorrer à hipocrisia e a uma desavergonhada fraseologia revolucionária (veja-se a atitude de Kautsky e Cia. , em relação ao Manifesto da Basileia). O desarmamento como ideia social – isto é, como ideia engendrada por uma determinada situação social, como ideia capaz de atuar sobre determinado meio social, e não como simples extravagância de um indivíduo – tem a sua origem, evidentemente, nas condições particulares de vida, “tranquilas”, com exceção para alguns Estados pequenos, que durante um período bastante longo têm ficado à margem da sangrenta caminhada mundial das guerras, e que julgam poder continuar dela afastados. Para nos convencer desse fato, basta pensar, por exemplo, nos argumentos dos partidários do desarmamento na Noruega: “Somos um país pequeno, o nosso exército é pequeno, nada podemos fazer contra as grandes potências” (por isso, nada podem fazer no caso de lhes ser imposta pela força uma *aliança* imperialista, com um ou outro grupo de grandes potências)... “queremos continuar em paz no nosso cantinho afastado, e prosseguir a nossa política de grupinho, exigir o desarmamento, tribunais de arbitragem obrigatórios, uma neutralidade permanente” (“permanente”, como a da Bélgica), etc.

A mesquinha aspiração dos pequenos Estados, de permanecerem à margem, o desejo pequeno-burguês de estar o mais longe possível das grandes batalhas da história mundial, de aproveitar a sua situação relativamente monopolista, para continuar em uma passividade rotineira, tal é a situação social, *objetiva*, que pode assegurar certo êxito e certa difusão à ideia do desarmamento em alguns pequenos Estados. É evidente que semelhante aspiração é reacionária e assenta em ilusões, pois, o imperialismo, de uma maneira ou de outra, arrasta os pequenos Estados para o redemoinho da economia e da política mundial.

Na Suíça, por exemplo, a sua situação no meio dos Estados imperialistas determina objetivamente duas linhas do movimento operário: os oportunistas, em aliança com a burguesia, pretendem fazer da Suíça uma união monopolista republicano-democrática, a fim de obter lucros com os turistas da burguesia imperialista, e de se aproveitar, de maneira mais lucrativa e mais tranquila possível, desta “tranquila” situação

monopolista.

Os verdadeiros social-democratas da Suíça pretendem utilizar a relativa liberdade do país e a sua situação “internacional” para ajudar a estreita aliança dos elementos revolucionários dos partidos operários europeus a alcançar a vitória. Na Suíça, não se fala um “idioma próprio”, mas três idiomas universais, precisamente os três que se falam nos países beligerantes, que são seus vizinhos.

Se os 20.000 membros do partido suíço contribuíssem semanalmente, com dois centimos, como “imposto extraordinário de guerra”, obter-se-iam, por ano, 20.000 francos. Essa quantidade é mais do suficiente para imprimir periodicamente

e difundir em três línguas, entre os operários e soldados dos países beligerantes, apesar das proibições dos estados maiores, toda a verdade sobre a indignação que começa a propagar-se entre os operários, sobre a confraternização nas trincheiras, sobre as suas esperanças de utilizar revolucionariamente as armas contra a burguesia imperialista dos seus “próprios” países, etc.

Nada disso é novo. É o que fazem precisamente os melhores jornais, como o La Sentille, Volksrecht, e o Berner Tagwacht, mas infelizmente, em escala reduzida.

Somente semelhante atividade pode fazer, da magnífica conclusão do Congresso de Aarau, algo mais do que uma

simples conclusão brilhante.

A questão que agora nos interessa se coloca do seguinte modo: a reivindicação do desarmamento corresponde à tendência revolucionária entre os social-democratas suíços? É evidente que não. O “desarmamento” é, objetivamente, o programa mais nacional, o mais especificamente nacional dos pequenos Estados, mas não é, de maneira nenhuma, o programa internacional da social-democracia revolucionária internacional.

Escrito em setembro de 1916, em Alemão. Publicado pela primeira vez com a assinatura de Lênin em setembro e outubro de 1917, nos nº 9 e 10 do Jugend-Internacional.

(Extraído do livro “Escritos Militares, Marx, Engels, Lênin”, Global Editora, São Paulo, 1981)

Por último, não se pode lutar contra o oportunismo, naturalmente só com programas, mas exercendo uma vigilância constante para que seja posto em prática de uma maneira efetiva. O maior erro, o erro fatal, da fracassada II Internacional, consistiu no fato de as palavras não corresponderem à realidade, de se impor o hábito e de recorrer à hipocrisia e a uma desavergonhada fraseologia revolucionária

R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

POR

Marxismo

Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial



Lênin estrategista da revolução proletária

Apostamentos sobre a história do Partido Bolchevique

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

O governo de Gabriel Boric é capitalista, defensor da grande propriedade dos meios de produção

Boric não questionará os fundamentos em que se baseia o regime de Pinochet, que são o poder das multinacionais e de um pequeno grupo de famílias que detêm o poder, que controlam a economia do país. É aí que reside a essência das políticas neoliberais, que vêm sendo aplicadas há quase 50 anos. Boric procura conciliar com todos eles, mostrando a sua submissão. A nomeação de Mario Marcel, como Ministro da Fazenda, confirma essa denúncia (esse senhor foi Presidente do Banco Central).

É de grande importância para os marxistas ajudar a caracterizar um governo desde o início, para combater toda ilusão, de forma que a vanguarda possa preparar-se para enfrentá-lo. Não é preciso esperar que governe, ou que suas medidas sejam conhecidas. Já sabemos qual é o seu programa, suas políticas, seus limites e suas alianças. Devemos tornar consciente o processo que está começando, pois, em toda a América Latina e no mundo, Boric se apresenta como uma experiência progressista, de centro-esquerda, e que encarnaria nada menos que a revolta popular de 2019, que transformou a situação política, desfechando um duro golpe na ditadura civil pinhochetista, comandada por Piñera. Com essas qualificações, pretende-se ocultar o caráter burguês de seu governo e, portanto, antinacional e antipopular.

Nosso dever é desmascarar seu discurso. Destacar que sua política é contrária às reivindicações daquela revolta. Boric foi o arquiteto do acordo que promoveu a Constituinte, para apaziguar a luta, dividi-la, isolar os setores mais radicalizados. Desde o CERQUI e de sua Seção Chilena, se chamou o voto nulo, o que não fez a maioria das correntes que se dizem de esquerda (que também aderiram à manobra Constituinte, por carecer de uma política proletária).

O desvio democratizante está destinado a dividir e confundir as massas, para desativar sua tendência à ação direta, e proteger o regime de dominação. Essa política é aplicada no Chile e em vários países latino-americanos, onde a rebelião popular se instala.

Os funcionários de Boric e seus aliados vêm de governos anteriores da “Concertação”, democratas-cristãos, social-democratas e da nova maioria estalinista. São eles que fornecem a Gabriel Boric a experiência burguesa pró-imperialista, para continuar dando o seu apoio às políticas hegemônicas, que subjagam os países de capitalismo atrasado, como o Chile.

Os governos, que iludiram a maioria nacional e mundial com a primeira transição para a “democracia”, que durou até 18 de outubro de 2019, fracassaram, devido às suas políticas conciliadoras com o grande capital. Eis por que não afetaram em nada a estrutura neoliberal que herdaram da ditadura de Pinochet.

Não se realizou devidamente um balanço da experiência desastrosa da Unidade Popular, que abortou as tendências revolucionárias nos anos de 1970, desarmou as massas e preparou as condições para o golpe sangrento de Pinochet. É preciso assimilar as lições dessa derrota histórica, para evitar novas frustrações. O novo governo reivindica essa experiência, co-

mandada pelo estalinismo contrarrevolucionário, que procurou convencer os explorados de que era possível a via pacífica para o socialismo.

Hoje, estamos diante de uma grande crise mundial, estrutural, do sistema capitalista, agravada pelo Covid 19 e pela guerra na Ucrânia. Nessas condições, a extrema miséria da população aumentou. Em 80% dos trabalhadores dos servidores públicos, seus contratos são anuais e temporários. No trabalho privado, 80% são fornecidos pelas PYMEs, a maioria das quais está falida, e incapaz de retomar a produção, devido ao aumento das taxas de juros. A inflação sobre os produtos básicos não para, provocada pela forte alta dos preços dos combustíveis e matérias-primas no mercado mundial.

A desigualdade entre a extrema riqueza de três famílias e a extrema miséria da classe operária e dos demais oprimidos cresceu acentuadamente.

Os funcionários de Boric e seus aliados vêm de governos anteriores da “Concertação”, democratas-cristãos, social-democratas e da nova maioria estalinista. São eles que fornecem a Gabriel Boric a experiência burguesa pró-imperialista, para continuar dando o seu apoio às políticas hegemônicas, que subjagam os países de capitalismo atrasado, como o Chile.

Essa realidade condicionará fortemente o governo, que não terá como atender às principais reivindicações. Isso, sobretudo, porque as massas famintas percorreram o caminho da luta. Utilizaram o eficaz método da ação direta, como a única solução para satisfazer suas reivindicações mais urgentes. Reivindicações como a libertação dos presos políticos Mapuches e urbanos, a defesa da cesta-básica familiar, pela retirada dos fundos de pensão, pelo auxílio emergencial, que ajudou as famílias a arrumarem suas casas, não passarem fome e ficarem de pé, para continuar a luta contra a decadência capitalista. Esse caminho de luta não foi derrotado, mas desviado, temporariamente, do curso da luta de classes.

A “nova” Constituição não resolve nenhum dos problemas essenciais da nossa sociedade

A Constituinte conserva a essência do capitalismo, que é propriedade privada das oito famílias mais ricas do país e da América Latina. O agravamento da miséria extrema se choca com as reformas constitucionais, porque a burguesia e seu governo não serão capazes de resolver a falta de trabalho, a precarização, os graves problemas de Educação e Saúde dos setores marginais da sociedade, idosos, crianças, homens e mulheres. Nem tampouco estancar a decadência da empresa estatal de cobre.

O ex-presidente da Constituinte, Jaime Bassa, comemorou com alegria que o Direito de Propriedade permanece garantido como principal norma constitucional. O cinismo legislativo e jurídico acoberta, com termos técnicos e punitivos, a proliferação de mais zonas de sacrifício, a impunidade das multinacionais, que poluem e atacam a natureza, projetos imobiliários em pantanais ou dunas, ou propriedade da água.

Ao contrário do que afirma Boric, a “nova” Constituição não poderá ser democrática, nem paritária “com os povos originários de nosso país”, porque não está voltada a colidir com a grande propriedade. Para encerrar seu discurso de campanha, Boric prometeu: “projeto de 40 horas semanais e um salário de 500 mil pesos”. Mas, não poderá cumprir.

Não dismantalará o aparato repressivo de Pinochet, nem avançará no julgamento e punição dos responsáveis pelas piores repressões contra o movimento popular.

Não será capaz resolver as principais reivindicações das mulheres trabalhadoras. A presença majoritária de mulheres no gabinete não resolve o desemprego, os baixos salários, a discriminação salarial em relação aos homens, moradia, educação e manutenção de seus filhos. A opressão sobre as mulheres só pode ser resolvida pela luta de classes, lutando por todas as reivindicações e pela perspectiva de transformação da sociedade, acabando com a dominação do capital.

As reivindicações históricas do povo Mapuche também não podem ser atendidas. A incorporação de “representantes” dos povos nativos às instituições burguesas será outra farsa, para confundir e dividir.

Governo servil ao imperialismo

A falácia de Boric é igual à de Piñera, ambos defendem o capitalismo decadente. O novo presidente continuará entregando o país ao imperialismo norte-americano, contando com o apoio explícito às suas políticas hegemônicas, que utilizam a chantagem econômica, que proíbe o abastecimento das necessidades básicas, principalmente aos setores mais miseráveis do mundo capitalista. As condições materiais dos oprimidos serão adiadas, devido aos acordos secretos já assinados entre o novo governo e o imperialismo ianque.

Boric tentará destruir qualquer indício de revolta popular, como a de 18 de outubro de 2019, que traiu em 15 de novembro de 2019, no chamado feito por Piñera, e apoiado pela antiga “Concertação” e pelo próprio Boric, denominado “Pela Paz e Não-Violência”. Chamado esse que mais tarde foi utilizado para apoiar a convocação de um plebiscito, criando a falsa ideia de uma “nova” Constituição.

A crise e as tarefas do proletariado

A classe operária e os trabalhadores em geral devem se livrar do jugo das burocracias sindicais e do pacifismo. Buro-

cracias que foram impostas às organizações dos trabalhadores pelos partidos que se dizem de esquerda. Não só pelos partidos social-democratas burgueses e estalinistas, mas também pelos pequenos grupos de centrismo democratizante, que, embora política e estruturalmente fracos, prejudicam seriamente os setores de vanguarda, que confiam em uma luta corajosa, determinada e vigorosa contra esse sistema caduco, que impõe às massas uma vida miserável.

A responsabilidade histórica da classe operária é a de dirigir os oprimidos do país contra a burguesia nacional e o imperialismo. Diante da burguesia servil, nas atuais condições de submissão e passividade, é preciso ativar os mecanismos essenciais de sobrevivência da classe proletária contra a classe

burguesa. Essa tarefa se baseia na luta de classes, nos métodos e organizações que garantam a recuperação das conquistas arrancadas da burguesia, por meio de distintas lutas, levadas a cabo pelos trabalhadores, no início do século XX.

Os governos burgueses sempre trabalham para o bem de seus patrões, inimigos da classe operária e dos oprimidos, que são a maioria. É preciso combater todo servilismo; repudiar os lacaios que servem aos exploradores, que sempre darão as costas aos explorados. O servilismo é a forma de viver dos lacaios, apoiando-se na democracia corrupta e decadente, utilizada como meio de submissão das organizações operárias.

O potencial de luta dos explorados deve ser ativado pela vanguarda das novas gerações, que assimilem o programa revolucionário do marxismo-leninismo trotskismo. Trata-se de organizá-las no partido político da classe operária. Essa

é a condição para materializar a estratégia de destruição do poder burguês, e para instaurar a ditadura do proletariado, que acabará com a propriedade privada, transformando-a em propriedade coletiva dos meios de produção. Somente assim, se destravar a economia baseada na exploração, e se erguerá uma economia socialista, que incorporará ao trabalho as massas desempregadas e oprimidas pela concentração do capital, que se encontra nas mãos de oito famílias.

Devemos fortalecer os sindicatos de base, mineradores, pesqueiros, agroindustriais, camponeses, florestais, enfim, unificar as lutas com a nação-classe Mapuche e as Assembleias Populares Urbanas, com um programa nacional de reivindicações a ser imposto ao governo e aos capitalistas.

O programa nacional de reivindicações é o ponto de partida para se abrir caminho às táticas do proletariado, voltado a impor a estratégia proletária da tomada do poder.

O problema dos problemas está em resolver a crise da direção revolucionária, construindo o partido, que expresse essas ideias, esse programa, essa estratégia da revolução social. Essa tarefa cabe à Seção Chilena do CERQUI, o Partido Operário Revolucionário.

A responsabilidade histórica da classe operária é a de dirigir os oprimidos do país contra a burguesia nacional e o imperialismo. Diante da burguesia servil, nas atuais condições de submissão e passividade, é preciso ativar os mecanismos essenciais de sobrevivência da classe proletária contra a classe burguesa. Essa tarefa se baseia na luta de classes, nos métodos e organizações que garantam a recuperação das conquistas arrancadas da burguesia, por meio de distintas lutas, levadas a cabo pelos trabalhadores, no início do século XX.